

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE  
PROGRAMA DE MESTRADO GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Cyntia Carreiro Boechat

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL:**  
o processo de reconhecimento do Território Rio Doce Krenak

Governador Valadares

2014

CYNTIA CARREIRO BOECHAT

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL:**  
o processo de reconhecimento do Território Rio Doce Krenak

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos

Governador Valadares

2014

CYNTIA CARREIRO BOECHAT

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL:**

o processo de reconhecimento do Território Rio Doce Krenak

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Governador Valadares, 25 de março de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos  
Universidade Vale do Rio Doce

---

Prof. Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda  
Universidade Vale do Rio Doce

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Gabriela Parenti Bicalho  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho ao meu filho Victor e a  
minha família; ambos, presentes de Deus. Sem  
eles, nada disso seria possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço Deus pela luz e pela força nesta caminhada.

Meu orientador, Prof. Dr. Mauro Augusto, pela dedicação e por acreditar em mim, mostrando-me o caminho da Ciência.

Ao Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais, Dr. Jorge Vicente, pelas informações e esclarecimentos da nova política de desenvolvimento rural sustentável do Brasil.

Meus pais, sempre presentes em minha vida.

Agradeço ao meu esposo, Josimar, pela força neste momento tão importante.

Sou grata a minha irmã, Gláucya, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

As colegas de mestrado: Fernanda Magalhães, Fernanda Melo, Priscila Figueiredo e Aline Cristina de Souza.

E à equipe Rede VIDAS, que contribuiu para que este trabalho fosse possível.

Eu nasci no celeiro da arte  
No berço mineiro  
Sou do campo da serra  
Onde impera o minério de ferro

Eu carrego comigo no sangue  
Um dom verdadeiro  
De cantar melodias de Minas  
No Brasil inteiro

Sou das Minas de ouro  
Das montanhas Gerais  
Eu sou filha dos montes  
Das estradas reais

Meu caminho primeiro  
Vi brotar dessa fonte  
Sou do seio de Minas  
Nesse estado um diamante.

Paula Fernandes

## RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação é o processo de implantação, ainda em andamento, do Território Rio Doce Krenak (TRDK) em nove municípios do leste do estado de Minas Gerais. Trata-se de uma estratégia descentralizada de política pública, proposta pelo governo federal brasileiro, com ações direcionadas a um novo tipo de desenvolvimento rural, visando buscar alternativas de progresso. Esta pesquisa apresenta dois objetivos principais: o primeiro é descrever, detalhadamente, todo o processo de implantação do TRDK; o segundo, verificar qual o nível de informação que a população possui sobre o novo território, como é avaliado o processo de sua implantação e como se dá a participação popular nesse acontecimento. Para a metodologia, utilizou-se um levantamento bibliográfico e documental no banco de dados da ONG Rede VIDAS, que entrevistou pequenos produtores rurais. Por meio da análise das informações, detectou-se que, apesar do trabalho de divulgação dos benefícios que o Programa de Desenvolvimento Territorial Rural trouxe para os municípios, nos últimos cinco anos, a participação do público alvo no colegiado territorial e em sua articulação ainda é reduzida. Além disso, constatou-se que a legitimação do território traz avanços significativos, quando comparados a formas centralizadas de poder.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Democracia. Território.

## ABSTRACT

The objective of the study of this dissertation approaches the implantation process, which is still in progress, of the Rio Doce Krenak territory in nine municipalities in the eastern state of Minas Gerais. It is a strategy decentralized from public policy strategy proposed by the Brazilian federal government, with actions directed to a new type of rural development, on which searches for new alternative progresses. This project presents two main objectives: The first objective is to describe in detail the whole process of TRDK implementation. The second is to check the level of information that the rural population of the municipalities that make part of the TRDK have over the implantation process of new territory, how they evaluate this process and how is their participate. The methodology we conducted a bibliographical and documentary survey research on the implementation process of the new territory. Also we've utilized some information from the field research database conducted by the NGO Rede VIDAS, with small rural producers of the municipalities that make part of the TRDK. Through analysis of the data found that despite the work of dissemination of the benefits that the development program has brought to the municipalities in the past five years, the participation of the audience of the program is still very small. However, this legitimization of the territory has significant enhancements when compared to centralized forms of power.

Keywords: Sustainable Development. Democracy. Territory.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Caracterização dos produtores rurais por sexo.....	55
Mapa 01 – Localização dos territorios rurais brasileiros .....	24
Mapa 02 – Territórios rurais já implantados e apoiados pelo MDA em Minas Gerais .....	26
Mapa 03 – Municípios que compoem o Território Rio Doce Krenak .....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Ano de fundação e distância da capital mineira aos municípios, que formam o TRDK.....	50
Tabela 02 – Taxa geométrica anual de crescimento populacional dos municípios do TRDK entre 1991 e 2010 .....	51
Tabela 03 – Distribuição da população dos municípios, que formam o TRDK, por situação de domicílio: 2010 .....	52
Tabela 04 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, que formam o TRDK .....	52
Tabela 05 – Caracterização dos produtores rurais por município de residência .....	54
Tabela 06 – Caracterização dos produtores rurais por sexo e por grupos etários .....	56
Tabela 07 – Caracterização dos produtores rurais por nível educacional .....	56
Tabela 08 – Caracterização dos produtores rurais por grau de conhecimento ou participação em instituições .....	57
Tabela 09 – Instituições pertencentes ao colegiado do TRDK.....	59
Tabela 10 – Eixos estratégicos, programas e projetos priorizados (2010 a 2013) .....	60

## LISTA DE SIGLAS

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CEDRAF – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola

LEADER – Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

OCDE – Organização para a Cooperação e o desenvolvimento Econômico

ONG – Organização não governamental

PA – Projeto de Assentamento

PIB – Produto Interno Bruto

PNDRS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTC – Programa Territórios da Cidadania

REDE MAIS – Rede Mobilizadora Aimorés Integrado e Sustentável

REDE UNIR – Rede União de Resplendor

REDE VIDAS – Rede de Valorização de Itueta para o Desenvolvimento Auto-Sustentável

RNCT – Rede Nacional de Colegiados Territoriais

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

TCP – Taxa geométrica anual de crescimento populacional

TRDK – Território Rio Doce Krenak

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 O TERRITÓRIO</b> .....	<b>17</b>
2.1 O TERRITÓRIO E SEUS SIGNIFICADOS.....	17
<b>2.1.1 Gestão social e a descentralização das políticas rurais brasileiras</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1.2 A identidade e o fortalecimento da gestão social</b> .....	<b>28</b>
2.2 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	30
2.3 A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TERRITÓRIOS RURAIS .....	32
2.4 DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO.....	34
<b>3 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO TERRITÓRIO RIO DOCE KRENAK</b> .....	<b>36</b>
3.1 A INTRODUÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MÉDIO VALE DO RIO DOCE .....	36
3.2 A COMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO RIO DOCE KRENAK .....	40
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>50</b>
4.1 METODOLOGIA .....	50
4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS .....	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>60</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>66</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema de estudo desta pesquisa é a formação de um espaço, reconhecido como um território rural, a ser apoiado através de recursos do governo brasileiro, com o intuito de promover alternativas de progresso, dando destaque às iniciativas advindas da organização entre sujeito social, poder público e iniciativa privada. Nela, ressalta-se uma análise da prática de democracia, em sua condição de “desenvolvimento” como liberdade (SEN, 2007), em que os sujeitos sociais são vistos enquanto seres capazes e autônomos. Acredita-se que os mais capazes não dominam os espaços públicos para a satisfação de seus interesses, em detrimento dos interesses dos sujeitos socioeconomicamente mais vulneráveis.

Em sua dinâmica, o território rural perde o seu conceito heurístico, e adota o caráter instrumental (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Nessa nova concepção geográfica, ele passa a ser produzido a partir de relações de poder, estruturadas no espaço por meio da delimitação de pontos, de linhas, de nós e de redes, e passa a estar em constante remodelação no espaço-social. (RAFFESTIN, 1993)

O desenvolvimento rural, objeto de estudo deste trabalho, começou a ser idealizado em 2002, no Brasil, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No ano 2003, já no governo Lula, foi reestruturado dentro de um novo ministério, denominado “Ministério de Desenvolvimento Agrário” (MDA). A estratégia de progresso utiliza as relações de poder no espaço, trazendo transformações significativas, através da geração de políticas públicas. Ela mostra o esgotamento do paradigma de intervenção direta do Estado, demonstrando suas limitações para solucionar as condições de desigualdades, de destruição ambiental e da baixa governabilidade no meio rural. Assim, o território é tomado sob uma perspectiva de desenvolvimento, ou seja, uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e sobre as populações, resultando em alterações do quadro existente. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004)

O discurso de desenvolvimento rural no Brasil circula há, aproximadamente, uma década, apoiando-se nos resultados de estudos e de pesquisas mundiais, que se tornaram consensos por agências internacionais de apoio à cooperação e ao progresso, por fundos de financiamento e por organismos multilaterais – como o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

(FAO), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), dentre outras. (PERICO, 2009)

As políticas públicas, adotadas em outros países e direcionadas às áreas rurais, ganharam maior destaque nos anos 1990, com a Iniciativa Comunitária LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), que, diante das crescentes pressões sobre a agricultura europeia e dos problemas decorrentes da incorporação de novos países, apresentou-as como possíveis respostas ao desafio de revitalizar e de integrar, competitivamente, “velhos” e “novos” territórios rurais. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004)

No caso brasileiro, a abordagem de desenvolvimento territorial rural vem ganhando rápido interesse. Dentro de um contexto de crise econômica, busca-se encontrar respostas autônomas de progresso para os espaços locais, especialmente, no âmbito dos planejadores e dos formuladores de políticas públicas. Para isso, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)<sup>1</sup>, ligada ao MDA e a outros órgãos governamentais em torno das potencialidades normativas do novo aporte. (MDA, 2010)

A abordagem do desenvolvimento rural brasileiro se iniciou a partir de uma reorientação estratégica de políticas que, em linhas gerais, convergiam no sentido da implementação de ações definidas no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (1º PNDRS), idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. A abordagem territorial se tornou o foco de atuação da SDT, fornecendo apoio às articulações territoriais intermunicipais, construídas através de características similares dos municípios envolvidos. (PERICO, 2009)

Segundo Schneider (2004), o desenvolvimento rural destaca iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos diferentes atores da sociedade civil e a redefinição do papel das instituições, o que aumenta a importância dos diversos níveis de poder público, especialmente, das prefeituras locais e dos atores sociais.

Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais tornou-se necessário criar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território<sup>2</sup>. Consequentemente, as ações de intervenção decorrentes

---

<sup>1</sup> Sua missão é apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e a integração de políticas públicas.

<sup>2</sup> Para definir territórios predominantemente rurais, consideram-se relevantes os critérios da OCDE (1994), em que o conjunto de municípios, que constitui o território, precisa ter mais de 50% da população residente no meio rural, o qual, nesse caso, é definido como unidades locais com densidade demográfica inferior a 150 hab/km<sup>2</sup>.

deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial. (SCHNEIDER, 2004)

A estratégia descentralizada de desenvolvimento territorial, proposta pelo governo brasileiro e que se aplica a territórios a partir da articulação de um conjunto de municípios, está referenciada em uma concepção de desenvolvimento, entendida como “[...] eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2007).

Quanto à dimensão econômica do desenvolvimento territorial rural, o MDA enfoca a capacidade de inovar, diversificar, usar e articular recursos locais ou regionais para gerar oportunidades de trabalho e de renda, além de fortalecer as cadeias produtivas e de integrar redes de produtores. Já a dimensão político-institucional envolve aspectos de construção ou de renovação de instituições, que permitem chegar às estratégias negociadas, obtendo a governabilidade democrática e a promoção do exercício cidadão. (MDA, 2004)

Diante desse contexto, em meados de 2008, a organização civil, juntamente com o poder público municipal de nove municípios do leste mineiro, que ainda não foram reconhecidos em nenhum Território de Desenvolvimento Rural Sustentável do MDA, em Minas Gerais, uniram-se para criar o Território Rio Doce Krenak (TRDK).

O TRDK é constituído pelos municípios de: Aimorés, Conselheiro Pena, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São Geraldo do Baixio. Possui uma extensão territorial de 7.533 Km<sup>2</sup> e uma população de 132.836 habitantes, sendo Mutum, com 26.645 habitantes, o maior município em termos populacionais, e São Geraldo do Baixio, com 3.410 habitantes, o menor<sup>3</sup>. Os municípios, que compõem o TRDK, possuem características predominantemente rurais, prevalecendo, neles, a agricultura familiar. Toda a região pode ser descrita como estagnada e com sintomas de regressão econômica.

Esta pesquisa possui dois objetivos principais. O primeiro é descrever detalhadamente o processo de implantação, ainda em andamento, do TRDK. O segundo, verificar qual o nível de informação que a população possui sobre a implantação do novo território; como se avalia esse processo e como se dá a participação popular nesse acontecimento.

Como objetivos específicos, elencam-se: caracterizar os municípios e a população envolvida no processo de implantação do TRDK; descrever como ocorre a articulação entre a

---

<sup>3</sup> IBGE. Censo Demográfico 2010.



sociedade civil e as prefeituras; e levantar os principais obstáculos encontrados, em níveis estadual e federal, para o reconhecimento do TRDK.

Nessa perspectiva, trabalha-se com uma análise territorial local, verificando o quanto os processos geridos pelo território contribuem para a “ampliação das liberdades substantivas” (SEN, 2007), o que significa a extensão das oportunidades e a capacidade de os indivíduos e os grupos escolherem estilos de vida alternativos.

Para operacionalizar o processo de gestão do território, segundo normas do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), são formadas: uma instância deliberativa, através de um plenário/colegiado; uma instância diretiva, através do núcleo diretivo; e uma instância operacional, através do núcleo técnico. Sobre o colegiado, ele pode ser reconhecido como uma instituição de governança, que passa por dimensões ligadas à ampliação da participação, do controle social, da transparência e de mecanismos de responsabilização (NAVARRO, 2001).

Como metodologia, esta pesquisa realiza um levantamento bibliográfico e documental sobre o processo de implantação do TRDK. Além disso, utiliza informações do banco de dados de uma coleta desenvolvida pela ONG Rede VIDAS, em 2011, junto a pequenos produtores rurais dos municípios, que compõem o TRDK. É válido ressaltar que esta dissertação se vincula ao projeto “Fortalecimento da Apicultura no Território Rio Doce Krenak<sup>4</sup>”, executado pela Rede VIDAS e que abrange os nove municípios do TRDK. Tal projeto recebe financiamento do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, na linha de atuação de geração de emprego e de renda, atingindo, como público-alvo, jovens e mulheres engajados na agricultura familiar.

Este trabalho se estrutura em quatro capítulos. O primeiro discute sobre “desenvolvimento”, “democracia” e “identidade”, todos relacionados ao conceito de “território”. No segundo, apresenta-se o processo de formação do TRDK, destacando-se a busca de alternativas socioeconômicas para a promoção do desenvolvimento sustentável rural (local/regional) e a formação de sua identidade. Já no terceiro capítulo, são analisados e discutidos os resultados da pesquisa de campo. Por fim, no último capítulo, têm-se as considerações finais, o que demonstra, dentre outros aspectos, que a participação da população nas questões do TRDK ainda é reduzida e pouco engajada.

---

<sup>4</sup> Elaborado e gerenciado pela pesquisadora desta dissertação a partir de contribuições do colegiado do TRDK. Esse projeto foi aprovado dentre mais de três mil propostas, na seleção pública de projetos sociais 2010 do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, como uma iniciativa promotora da transformação social e de redução de desigualdade entre as comunidades mais excluídas do país. Está sendo patrocinado por um período de quatro anos, com investimentos de recursos no valor de R\$ 3,1 milhões. (Ver projetos selecionados no *site*: <<http://sites.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimentoecidadania/apresentacao/>>).

## 2 O TERRITÓRIO

### 2.1 O TERRITÓRIO E SEUS SIGNIFICADOS

Alguns autores contemporâneos defendem que o termo “território” tem o sentido de Estado Nação, ou seja, uma apropriação de uma parcela geográfica; um espaço geograficamente definido. Segundo Haesbaert (2004, p. 20), o “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

Na mesma linha de pensamento, Raffestin (1993) afirma que o território é um espaço produzido a partir de relações de poder, estruturadas no espaço por meio da delimitação de pontos, de linhas, de nós e de redes, e que está em constante remodelação (produção/reprodução) no espaço social. Essa definição de “território” vai ao encontro da definição de “território”, proposta pelo Programa Nacional de Territórios Rurais.

[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, [...] mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

O conceito de “território” – apoiado no espaço, mas não sendo o espaço; e que está em constante remodelação no espaço social –, pode ser utilizado para compreender o desenvolvimento territorial sustentável, através do desenvolvimento com liberdade de ação (SEN, 2007), promovido por um conjunto de relações, que se origina em um sistema tridimensional (sociedade/espaço/tempo), a fim de atingir maior autonomia possível. Na nova política de desenvolvimento territorial rural, através da união de vários locais, geograficamente definidos, ou municípios, há o ganho de força política e de poder, com a formação de um território, repleto de novas territorialidades.

De acordo com o IICA (2010), o conceito de “território”, que constitui a base da abordagem territorial, vai além da delimitação geográfica, posto que seja espaço socialmente construído, coeso e identitário. A demarcação da identidade<sup>5</sup> culminou na incorporação dessa categoria ao conceito de “território”, o qual passou a ser denominado, também, como “território de identidade”, abrangendo áreas rurais e urbanas do conjunto de municípios que o compõe.

Ao ser agregada à formulação e à implementação de políticas públicas, a abordagem territorial pode ser considerada uma estratégia com vistas ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades regionais e, principalmente, dos níveis de pobreza no campo. Isso porque ela ocorre a partir de uma ação combinada, envolvendo os governos federal, estadual e municipal e a sociedade civil.

Nesse sentido, a acepção de “território”, debatido no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF<sup>6</sup>), e defendido nesta pesquisa, é:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos, que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT/MDA, 2010)

A nova estratégia política de desenvolvimento territorial, apoiada pelo Estado brasileiro, traz, à tona, o papel das ONGs, como uma rede de cooperação entre os municípios constituintes do território; formada pela união de instituições em busca de objetivos comuns, compartilhando informações, conhecimentos, interesses e esforços. Uma das características fundamentais das redes de cooperação é o poder descentralizado, possibilitando relacionamentos horizontais, ou seja, relações não hierárquicas entre os participantes.

A rede de cooperação entre os atores sociais se transforma em relações de poder, em um ambiente de democracia. Raffestin (1993) indica que ela expressa, justamente, a

---

<sup>5</sup> Aqui, a demarcação de elementos identitários tem a ver com as “territorialidades”, propostas por Raffestin (1993) como as práticas realizadas/vivenciadas pelos atores sociais no território.

<sup>6</sup> Órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tem, por finalidade, propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas, constituindo-se em espaço de articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar. (MDA, 2012)

comunicação estabelecida entre os sujeitos, que constituem o espaço como um local de poder, ou seja, um território. Assim, a rede configura a trama de relações.

A democracia, em conformidade com Sen (2007), gera oportunidades e amplia, potencialmente, as capacidades para forjar processos de desenvolvimento. Já para Touraine (1999), antes de se definir como participação, representação ou comunicação, a democracia se apoia na liberdade criadora do sujeito. Além da liberdade negativa, que gera uma desconfiança prudente em relação ao Estado, em que os indivíduos e as coletividades têm direito de se libertarem de suas cadeias, a democracia possui uma noção de liberdade positiva, indicando também que eles têm direito de serem atores de sua história.

Nesse sentido, Touraine (1999, p. 222) pontua que:

[...] a situação mais favorável à democracia é aquela em que os movimentos sociais estão em conflito pela gestão dos principais recursos culturais de uma sociedade. [...] A democracia é o resultado dessa dupla orientação dos atores históricos e movimentos sociais: há oposição entre eles, mas visam também os mesmos valores culturais.

Analisando os conceitos de democracia apresentados por Sen (2007) e Touraine (1999), e relacionando-os ao tema “desenvolvimento”, põe-se, em debate, a dimensão procedimental da democracia e a dimensão econômica do desenvolvimento. Para que haja oportunidade aos diferentes grupos sociais de lutarem por suas necessidades e interesses, é necessário que exista democracia nas instituições. Em nível local ou nacional, os grupos, em situação socioeconômica mais vulnerável, estão marginalizados, não podendo participar dos processos democráticos, bem como usufruir dos resultados do crescimento econômico. A superação da marginalização, a que estão colocados, implica ampliar sua liberdade substantiva, condição para o desenvolvimento como liberdade, conforme propõe Sen (2007):

[...] se aos pobres for dado escolher entre ter liberdades políticas e satisfazer necessidades econômicas, eles invariavelmente escolherão a segunda alternativa. Assim, por esse raciocínio, existe uma contradição entre a prática da democracia e sua justificação: a opinião da maioria tenderia a rejeitar a democracia – dada essa escolha. Em uma variante diferente desse argumento, mas estreitamente relacionada, afirma-se que a questão, de fato, não é tanto o que as pessoas realmente escolhem, mas o que elas têm razão para escolher. Como as pessoas têm razão para querer eliminar, antes de mais nada, a privação econômica e a miséria, têm razão suficiente para não fazer questão das liberdades políticas, que estorvariam suas prioridades reais. (SEN, 2007, p. 176)

A relação entre democracia e desenvolvimento deve ser analisada sob uma perspectiva conflituosa, pois, à medida que grupos e atores sociais ampliam suas capacidades, com maior acesso aos recursos e ao poder, eles também utilizam os espaços institucionais para satisfazer seus próprios interesses, encontrando outros atores e grupos com os quais formam outras relações de conflito e de cooperação.

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação, democráticas ou não, “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). Logo, os conflitos, que ocorrem nos espaços institucionais, são o que constitui a democracia, que está marcada por processos de negociação de interesses entre atores com diferentes níveis de conhecimento e capacidade de tomar decisões. Na maioria das vezes, não é a disputa pela crença de um projeto diferente de sociedade ou de desenvolvimento que se coloca em jogo, mas, a conquista ou a manutenção de espaços de poder por atores ou por grupos sociais.

Além dos enfrentamentos entre os diferentes grupos sociais, há divergências entre os atores e os grupos sociais que compõem uma mesma rede de poder. Para Sen (2007), a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e de agentes, é um instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento democrático – particularmente, para as inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo oportunidades econômicas e políticas, facilidade social, garantia de transparência e segurança protetora.

O ideal de uma democracia de alta intensidade demanda, por um lado, sujeitos sociais com capacidade de negociarem os seus interesses dentro de variados contextos; e, por outro, a possibilidade de neutralidade entre os sujeitos sociais, expressa através de normas e de procedimentos institucionais, constituídos para privilegiar a distribuição universalista e inclusiva de bens da sociedade, preservando o interesse público. (ROVER, 2007, p. 20)

Para Perico (2009), o desafio consiste na adoção de um desenvolvimento, o qual considere o direito às oportunidades das gerações futuras ou, ainda, implique a adoção de um modelo, que supere a atual ideia do desenvolvimento – possível apenas para poucos, e que, por isso, leva à exclusão da maioria –, enquanto componente inerente e estrutural.

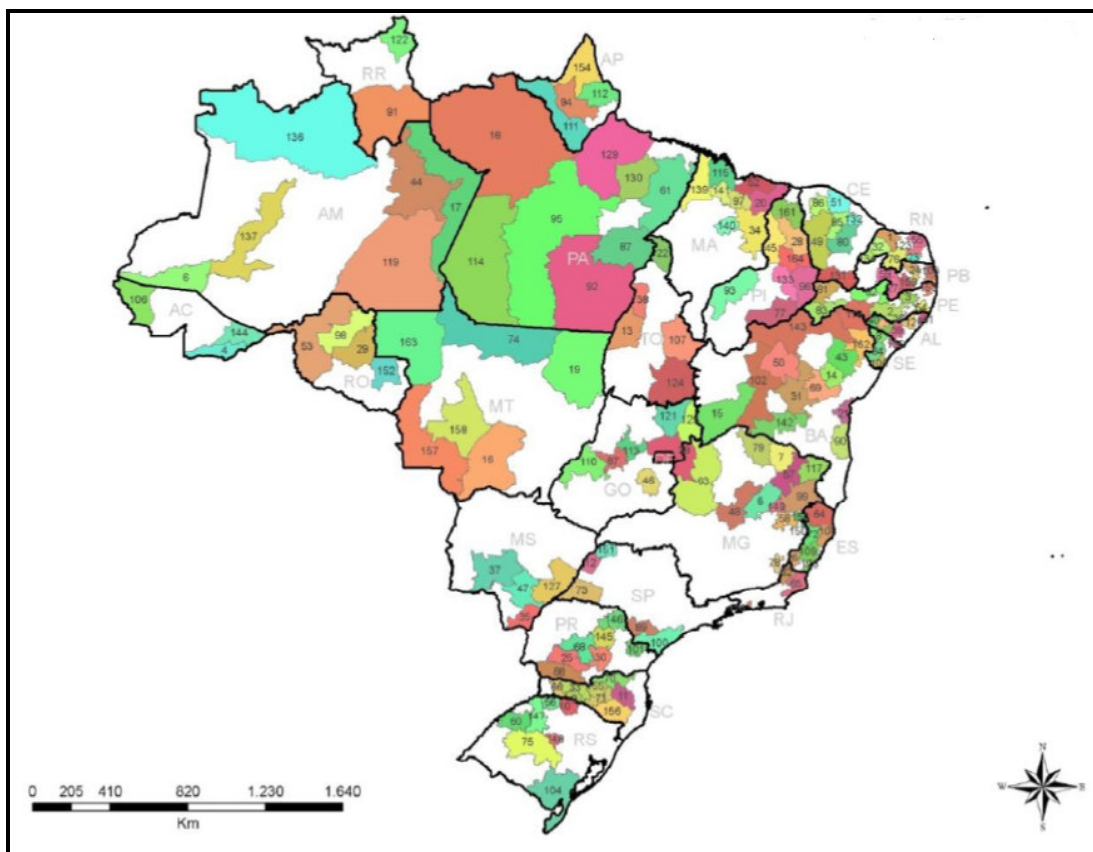
A evolução das democracias liberais do mundo tem conduzido a profundas mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade. Mudanças marcadas por processos de reordenamento do poder, caracterizados pela redefinição do papel dos

atores públicos, que, nas últimas décadas, vêm sofrendo perda progressiva do protagonismo para as organizações da sociedade civil e os agentes econômicos privados. (PERICO, 2009, p. 18)

A mudança nas relações entre o Estado e a sociedade, com enfoque nas políticas públicas, abre uma visão democrática e integradora que, segundo Perico (2009), reconhece o território enquanto um elemento estruturante e um objeto de política, além de orientador dos instrumentos. O autor esclarece ainda que a redefinição da territorialidade rural, feita pelo MDA, implica um novo conceito de desenvolvimento. O território, nesse caso, é usado na perspectiva de progresso e é considerado variável nas políticas de intervenção sobre o espaço e as populações, que buscam mudanças no marco das relações sociais e econômicas.

Em conformidade com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os territórios rurais são aqueles que têm, por base, “[...] microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 hab/km<sup>2</sup>, população média de até 50.000 habitantes por município e relevante vinculação das atividades humanas com a base de recursos naturais” (SDT/MDA, 2009). Com a implementação do PRONAT, criado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, inaugurou-se, no âmbito do governo federal, uma nova forma de fazer planejamento, tendo os territórios como unidades de gestão. O PRONAT foi iniciado, em 2004 com 65 territórios e, em 2006, já abrangia 118 territórios. Atualmente, conta com 164 territórios, sendo 119 incorporados ao Programa Territórios da Cidadania (PTC), e 45 considerados Territórios Rurais (IICA, 2010).

O Mapa 1, a seguir, apresenta todos os territórios rurais de atuação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.



Mapa 1 – Localização dos territórios rurais brasileiros  
 Fonte: <http://www.iica.int>. Acesso em: 23 ago. 2012.

A partir da nova institucionalidade, isto é, cada território tem autonomia para criar uma instância política de deliberação, órgão máximo de decisão daquele território, denominado “Colegiado Territorial”, surgem novos atores e novos arranjos institucionais, como, por exemplo, a constituição da Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT), que conta com 26 redes estaduais de colegiados. Na formação do Colegiado Territorial, é necessária a participação de representantes do poder público, assim como de membros da sociedade civil de cada município participante, com o intuito de fortalecer os elos entre as instituições; uma instância de deliberação democrática e aberta a todos.

Segundo Abramovay (2003), com a implantação do PRONAT, o desenvolvimento territorial passou a uma lógica de atribuição de recursos públicos a partir do julgamento da qualidade dos projetos apresentados e não apenas das necessidades sociais locais. Esses projetos fortalecem o protagonismo das organizações sociais e buscam aspectos inovadores para os territórios.

São nos territórios – urbanos ou rurais –, que podem ser implantadas políticas voltadas a mobilizar as energias necessárias para que a pobreza seja significativamente reduzida, por meio do fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte. A vitória sobre a pobreza depende, antes de tudo, do aumento das capacidades produtivas e da inserção em mercados dinâmicos e competitivos das milhões de famílias cuja reprodução social se origina em seu trabalho por conta própria. (ABRAMOVAY, 2003, p. 47)

Nesse sentido, o desafio das políticas públicas de desenvolvimento territorial é o de melhorar a capacidade produtiva dos empreendedores rurais e de suas condições de acesso aos mercados, estimulando um ambiente em que a cooperação social abra caminho para inovações tecnológicas e organizacionais, criando condições de geração de renda àqueles que se encontram em situação de pobreza. O PRONAT contribui com a implantação de um espaço inovador, proporcionando a aquisição de novas competências produtivas e organizacionais, e permitindo maior inserção dos produtores em mercados mais competitivos.

No Mapa 2, a seguir, visualiza-se que o Estado de Minas Gerais possui 13 territórios rurais apoiados/homologados pelo MDA, sendo um deles, o das Águas Emendadas<sup>7</sup>, que fica na região noroeste e que abrange três estados brasileiros. Os territórios rurais podem ser enumerados em: Serra do Brigadeiro<sup>8</sup>, Médio Rio Doce<sup>9</sup>, Serra Geral<sup>10</sup>, Alto Jequitinhonha<sup>11</sup> e Vale do Mucuri<sup>12</sup>, todos homologados em 2003; Águas Emendadas, Noroeste de Minas, Sertão de Minas, Alto Rio Pardo e Médio Jequitinhonha, homologados em 2004; Baixo Jequitinhonha, homologado em 2006; e, por último, Alto Suaçui Grande e São Mateus, ambos homologados em 2007.

<sup>7</sup> O Território Rural de Águas Emendadas, único no país a reunir três Unidades da Federação, está localizado no Planalto Central Brasileiro, abrangendo todo o Distrito Federal, três municípios do noroeste do Estado de Minas Gerais (Buritis, Cabeceira Grande e Unai) e sete municípios do nordeste do Estado de Goiás (Água Fria, Cabeceiras, Formosa, Mimoso, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás e Vila Boa).

<sup>8</sup> Os municípios que compõem o território Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata mineira, são: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita.

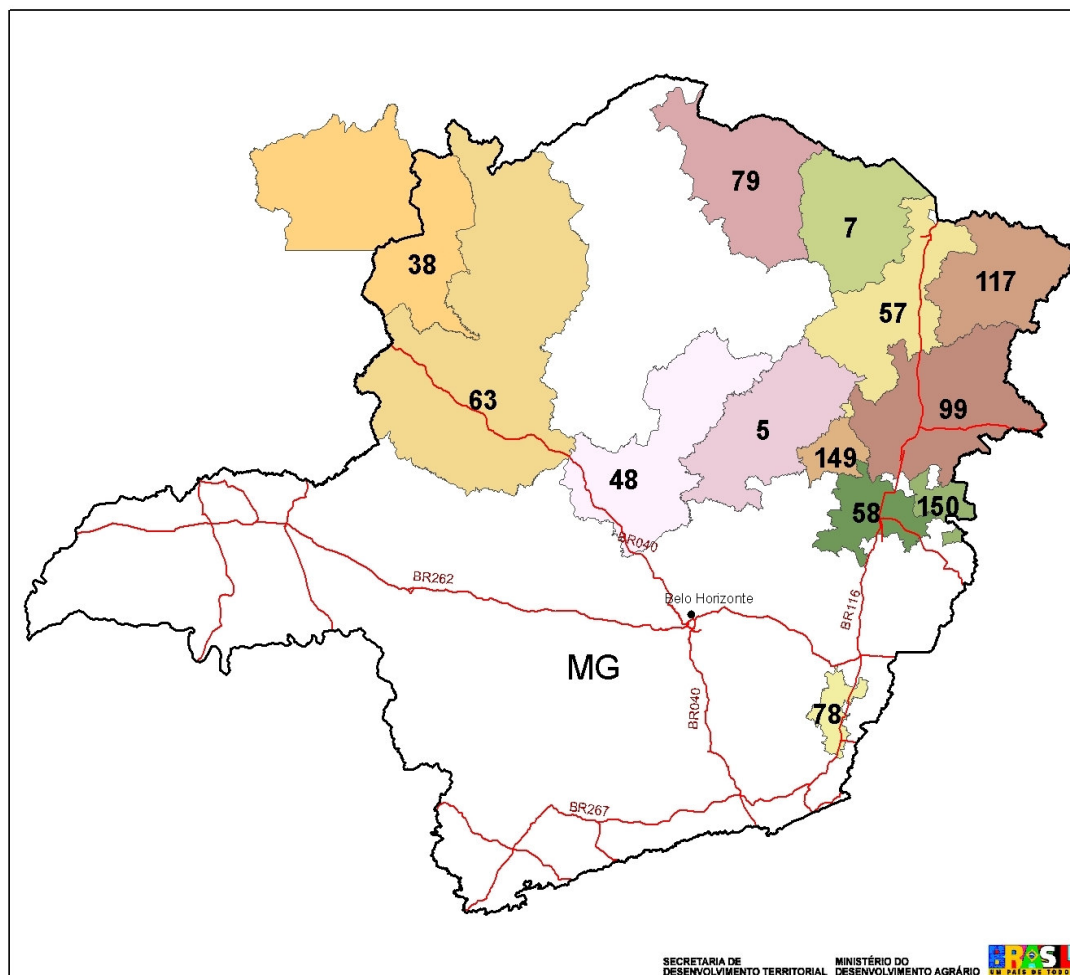
<sup>9</sup> O Território Médio Rio Doce é formado por 17 municípios: Alpercata, Açucena, Coroaci, Frei Inocência, Galiléia, Governador Valadares, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, Sardoá, Sobrália, São Geraldo da Piedade, São José da Safira, Tumiritinga e Virgolândia.

<sup>10</sup> Está localizado na região Norte de Minas Gerais, conhecida como semiárido mineiro. É constituído por 16 municípios: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia.

<sup>11</sup> O Território Alto Jequitinhonha é constituído por 21 municípios: Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Coluna, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Tamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Presidente Kubitschek, Rio Vermelho, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas, Serro, Turmalina e Veredinha.

<sup>12</sup> Esse Território é composto por 27 municípios: Águas Formosas, Bertópolis, Crisólita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Novo Oriente de Minas, Pavão, Santa Helena de Minas, Umburatiba, Caraiá, Catuji, Itaipé, Ladainha, Franciscópolis, Malacacheta, Poté, Setubinha, Campanário, Frei Gaspar, Itambacuri, Ouro Verde de Minas, Pescador, Teófilo Otoni, Ataléia, Carlos Chagas, Nanuque e Serra dos Aimorés.





Mapa 2 – Territórios rurais já implantados e apoiados pelo MDA em Minas Gerais  
 Fonte: <http://www.mda.gov.br/sdt> . Acesso em: 17 out. 2009.

O desenvolvimento territorial pode ser analisado, referindo-se às análises sobre os programas já realizados pelos governos federal, estadual e municipal, visando alterar particularidades do mundo rural a partir de objetivos definidos. Mas também, a partir da elaboração de uma ação prática para o futuro, implantando estratégias de desenvolvimento rural, para um período vindouro. (NAVARRO, 2001)

### 2.1.1 Gestão social e a descentralização das políticas rurais brasileira

De acordo com Moraes (2005), a ampliação da democracia, na perspectiva do

princípio da autonomia, ocorreu a partir da década de 1980, ocasionando consequentes formas de descentralização e de redemocratização do Estado brasileiro. Nessa trajetória, buscou-se ampliar o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão e de implementação das políticas sociais, respondendo a demandas em torno da descentralização e da democratização federal.

A participação social foi uma das mais importantes inovações institucionais ocorridas no Brasil pós-constituinte. A consolidação dos direitos sociais se efetuou por meio dos diversos formatos de conselhos e dos diferentes meios de parceria, praticados nas políticas sociais. A criação de conselhos, no interior dessas políticas, responde a diversos impulsos, que atuam sobre sua criação e seu desenvolvimento.

Na luta pela democratização do país, consolidou-se um novo conjunto de atores sociais, até então dominado por entidades filantrópicas; voltado para a promoção da sociedade como protagonista de sua própria história. Organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais passaram a atuar na implantação de projetos, visando dotar grupos e comunidades como protagonistas, em uma realidade marcada pela exclusão, pela pobreza e pela discriminação.

Conforme Navarro (2001), o enfraquecimento do papel do Estado, nos anos 1980, na condução eficaz de suas políticas, tirou de cena o desenvolvimento rural. Porém, a partir de 1990,

Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se, para tanto, em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais, que têm como norte, o desenvolvimento rural. (NAVARRO, 2001, p. 3)

Desde o início da década de 1990, o meio acadêmico vem colocando em discussão o estímulo ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais a partir da integração entre sociedade civil organizada e poder público. Nesse novo debate, presenciam-se as relações de poder no espaço, que promovem transformações significativas, através da geração de políticas públicas – depois de mostrar as limitações do Estado para solucionar as condições de desigualdades, de destruição ambiental e da baixa governabilidade no meio rural. O território rural passa, então, a ser utilizado em uma perspectiva de desenvolvimento, ou seja, como uma

variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e sobre as populações, resultando em alterações do quadro existente. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004)

O termo “gestão social” é usado para identificar a estratégia de atuação das políticas públicas – mais precisamente, das políticas sociais –, envolvidas em processos de gestão (administração, planejamento, controle e direção), em que as organizações da sociedade civil, juntamente com os órgãos de governo e de Estado, têm papéis no controle social das políticas. Kliksberg (1998) ressalta que a gestão social nada mais é do que a junção de esforços dos atores sociais, juntamente com o Estado, para solucionar os déficits da sociedade, em busca de melhorias do trabalho e de resultados do investimento humano e social. Essa gestão é construída, de forma participativa e em composição interorganizacional.

Ainda segundo Kliksberg (1998), uma gestão social eficaz exige que, ao longo do caminho, observem-se as mudanças ocorridas nos dados em função da pressão de variáveis externas e de alterações na comunidade. Prever a gestão do desenvolvimento territorial, como possibilidade de se gerar um desenvolvimento como liberdade, requer uma reflexão sobre a eficiência de sua gestão social. Essa é a questão chave para o desenvolvimento local, especialmente em contextos onde estão inseridos os territórios rurais.

[...] participação e sociedade civil não mais serão vistas como expressão e veículo da predisposição coletiva para organizar novas formas de Estado e de comunidade política, de hegemonia e de distribuição do poder, mas, sim, como a tradução concreta da consciência benemérita dos cidadãos, dos grupos organizados, das empresas e das associações. (NOGUEIRA, 2004, p. 58)

A participação da sociedade civil nas políticas públicas se apresenta não mais como ampliação do espaço político do debate, mas, de substituição; da ação direta dos atores, baseada nos princípios da responsabilidade social e da solidariedade.

O governo brasileiro, através do MDA, criou uma secretaria específica para cuidar do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). A SDT atua em 164 territórios rurais, em todo o país, apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa. O objetivo é garantir o atendimento às necessidades básicas do agricultor familiar, bem como acelerar processos locais e sub-regionais, que ampliem as oportunidades de geração de renda, de forma descentralizada e sustentável, articulada às redes de apoio e de

cooperação solidária<sup>13</sup>.

A estratégia descentralizada de desenvolvimento territorial rural, proposta pelo governo federal, e que se aplica a territórios a partir da articulação de um conjunto de municípios, está referenciada em uma concepção de desenvolvimento, entendida como “[...] eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2007, p. 10).

Para se definir os territórios predominantemente rurais, consideram-se os critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que diz que mais de 50% da população deve residir no meio rural, e que esse espaço deve ser visto como unidade local com densidade demográfica inferior a 150 hab/km<sup>2</sup><sup>14</sup>. As regiões, que possuem densidade demográfica inferior, como é o caso dos territórios rurais, historicamente, tiveram acesso limitado às infraestruturas sociais e econômicas, sendo, portanto, algumas das que concentram os maiores déficits sociais.

O público alvo da estratégia é o agricultor familiar, caracterizado segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a partir da instrução normativa n° 1/2009, em seu artigo 1°, como um empreendedor familiar rural, que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos requisitos de: 1) não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais<sup>15</sup>; 2) utilizar, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; 3) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; 4) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família<sup>16</sup>.

Para Shneider (2004), ganham destaque as iniciativas como: a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil (especialmente, ONGs e os próprios beneficiários) e a redefinição do papel das instituições. Também cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, principalmente, as prefeituras locais

<sup>13</sup> Dado retirado do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=476>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.oecd.org/home/0,2987,en\\_2649\\_201185\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1_1,00.html). Acesso em: 15 nov. 2010.

<sup>15</sup> Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA), o módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar. A quantidade de hectares para cada módulo fiscal varia de município para município. A tabela está disponível no site do INCRA.

<sup>16</sup> Dado retirado do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=comcontent&view=article&id=76:o-que-e-modulo-fiscal&catid=52:faqin\\_cra&Itemid=83](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=comcontent&view=article&id=76:o-que-e-modulo-fiscal&catid=52:faqin_cra&Itemid=83). Acesso em: 27 mar. 2011.

e os atores da sociedade civil.

### **2.1.2 A identidade e o fortalecimento da gestão social**

As estratégias políticas de desenvolvimento rural, com apoio à agricultura familiar, possibilitam evidenciar a relação de identidade das manifestações culturais e das formas determinantes das estruturas institucionais para a construção do território. É necessário compreender que se parte do espaço enquanto conjunto de elementos e de dimensões que o compõem.

No espaço, são gerados, como produto dos processos históricos, que determinam sua construção, processos de inserção da população, definindo distintas características e expressões populacionais em seus próprios espaços, o que resulta na manifestação do que se denomina “identidade” – também vista como territorialidade. Conforme Perico (2009), o elemento central da reflexão é o fato de a identidade – como expressão de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço –, converter-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de descrever e de caracterizar o território, o mais importante é que a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento, ao definir e ao dar suporte ao caráter das forças motoras, as quais possibilitam avançar na conquista do bem-estar.

A identidade, quando associada ao território no contexto político institucional, expressa-se como territorialidade, que denota o sentimento político, a energia social e a vontade coletiva, que resultam em sentimentos – nacionalista, patriótico, regionalista, amor pela terra e diversas manifestações da força social objetiva. E o reconhecimento e a compreensão desses sentimentos promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento. (PERICO, 2009, p. 10)

A participação social é uma característica que se incorporou aos processos de discussão em torno das formulações de políticas públicas territoriais, sendo considerada elemento fundamental para a democratização da gestão das políticas, aproximando-as do agricultor familiar.

O fortalecimento da gestão social, nessa nova estratégia de desenvolvimento

territorial, pressupõe a existência de gestores públicos e de atores sociais, capazes de, cooperativamente, planejarem e elaborarem as estratégias de concentração dos agentes privados e públicos em torno de um projeto comum, baseado no enraizamento de um território e na eliminação das barreiras e de constrangimentos.

A gestão social local é, ou deveria ser, um processo de potencialização da descentralização. A representação de interesses, a participação e a autonomia nas decisões, em que não há um poder central, possibilitam alguns questionamentos sobre a descentralização, pois, alguns autores demonstram preocupação quanto aos riscos de perda da universalidade de intervenção do Estado, devido ao favorecimento das demandas dos grupos mais organizados da sociedade.

A descentralização só dará resultados, em termos de ampliação da democracia, se for acompanhada de novas formas de intervenção da sociedade nas decisões públicas (novas institucionalidades), com ampliação da capacidade dos diferentes grupos sociais locais de realizar a intervenção. É nesse contexto, que aparecem as noções de “gestão social” e de “governança”. O aprofundamento da democracia, através da ampliação da participação, não se restringe apenas a níveis menores, descentralizados.

Segundo documentos do MDA (2005), a estratégia de atuação da SDT em prol do desenvolvimento sustentável rural, é apoiar a criação desses espaços de participação popular, identificados como institucionalidades territoriais. Esse espaço é constituído para aproximar o diálogo entre o Estado e a sociedade civil.

Institucionalidades territoriais são espaços (fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, articulações e arranjos institucionais diversos) de expressão, de discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão das políticas e dos processos de desenvolvimento. (BRASIL, 2005, p. 11)

Perico (2009) afirma que o território, por ser uma construção histórica, que integra as dimensões econômica, social, ambiental, institucional e política, expressa identidade ou territorialidades e abrange aspectos constituintes da cultura, tais como: tradições, códigos, ícones e visões de mundo compartilhadas.

[...] São as estruturas econômicas, as redes sociais e as instituições, que refletem,

delineiam ou descrevem, com maior nitidez, o caráter do território. [...] Em sua totalidade, a cultura envolve a complexidade que compõe o espaço. Por isso, constitui-se numa dimensão que prepondera na determinação do tipo de desenvolvimento de cada território. (PERICO, 2009, p. 16)

A identidade de cada território delinea ou descreve, com maior clareza, as instituições, as redes sociais e as estruturas econômicas de seu espaço. E, mesmo quando dispõem de iguais condições de incentivo – tais como aportes financeiros, nível tecnológico e acesso aos mercados –, os territórios se diferenciam uns dos outros através de suas características específicas, de suas territorialidades e dos seus próprios sistemas produtivos.

A cultura de cada território, de um modo geral, envolve complexidade. Logo, as características específicas podem determinar o tipo de desenvolvimento territorial. A cultura também motiva os mecanismos de incentivo para a organização social, a inserção política e as possíveis explicações para que as condições subjetivas do desenvolvimento territorial se transformem em alicerce para a promoção do seu objetivo.

Um dos maiores obstáculos para a sobrevivência dos territórios rurais, apoiados pela SDT/MDA, é a falta do reconhecimento da cultura e das características específicas de cada espaço, o que, em outras palavras, pode ser entendido como a desconsideração de suas territorialidades. Essa tem sido a razão das grandes barreiras para a adesão do agricultor familiar no reconhecimento e na participação para a formação do território rural.

## 2.2 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

No século XX, a noção de “desenvolvimento”, apesar de antiga, ganhou espaço relativo e forma teórica. Baseadas nos postulados do *laissez faire*<sup>17</sup>, as teorias sobre desenvolvimento econômico contribuíram para a formulação e a implantação de projetos desvinculados da diversidade econômica, social e política dos territórios rurais, apoiados pela SDT/MDA. (MENDONÇA; ORTEGA, 2004)

A partir de experiências específicas, ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1970, difundiu-se, em nível internacional, o novo paradigma de desenvolvimento, associado ao

---

<sup>17</sup> Expressão que representa um princípio defendido pelos economistas mais liberais e que pontua que o Estado deve interferir, o menos possível, na atividade econômica; e deixar que os mecanismos de mercado funcionem livremente.

processo de “globalização” e baseado em uma forma de organização da economia e da sociedade: mais flexível e descentralizada. Na década de 1980, surgiram proposições de mudanças, apoiadas em iniciativas de descentralização administrativa. Tratava-se de políticas públicas, que valorizavam as estruturas de organização dos governos locais e uma maior participação da sociedade. (MENDONÇA; ORTEGA, 2004, p. 4-5)

Segundo Mendonça e Ortega (2004), a noção de “desenvolvimento” foi, de certa forma, e em certo período da História, excluída do debate acadêmico e das políticas públicas, voltando a ser objeto de discussão somente no início dos anos 1990, de maneira remodelada.

Contrastando com a visão hegemônica liberal, surgiram visões e experiências alternativas de desenvolvimento territorial. Experiências que, mesmo reconhecendo a força desse processo liberalizante “global”, implementaram respostas específicas e intencionais, valorizando as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios. [...] Por caminhos teóricos e metodológicos diferentes, pesquisas recentes têm atestado um novo dinamismo do meio rural brasileiro. [...] Independente das diferenças conceituais e teóricas, o fato é que, se até os anos 1980 ainda persistia o esvaziamento demográfico dos campos, a partir dos anos 1990, esse processo vem perdendo força. [...] Uma realidade que pode abrir novas possibilidades para o desenvolvimento dos territórios rurais, mesmo os deprimidos. (MENDONÇA; ORTEGA, 2004, p. 5)

A expressão “agricultura familiar” também ganhou visibilidade na literatura e nas políticas públicas brasileiras a partir de meados da década de 1990. Anteriormente, esse segmento era definido por outros termos: “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” ou até “de subsistência” (ABRAMOVAY, 2003; NAVARRO, 2001).

Abramovay (2003, p. 7) afirma que “o agronegócio é constituído fundamentalmente de agricultores familiares”. Já Navarro (2001, p. 90) ressalta que “a recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de “agricultura familiar” igualmente tem reforçado esta tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão local”.

Vários estudos e fatos, que contrastam tanto a denotação de um julgamento histórico quanto a relação de expressões e de termos ligados ao futuro da produção agropecuária, têm comprovado, de acordo com Mendonça e Ortega (2004, p. 8), que parte “desse segmento de ‘agricultores familiares’, além de apresentar uma participação importante na produção agropecuária brasileira, também tem apresentado uma grande capacidade competitiva”.

Em conformidade com o MDA (2010), a abordagem territorial não pode ser



considerada apenas como uma etapa do processo de desenvolvimento sustentável no meio rural. Ela favorece condições para que os atores sociais possam planejar ações futuras.

A adoção da abordagem territorial como referência para estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se apoia pelo menos em quatro aspectos: a) o rural é mais do que agrícola, mais que um setor econômico, e as áreas rurais são definidas por suas características espaciais [...]; b) a escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento; c) a escala estadual é bastante ampla para conseguir cuidar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento [...]; e d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento. (PERICO, 2009, p. 28)

Os arranjos institucionais entre os atores do território, a articulação por meio de alianças e de políticas convergentes e a distribuição de competências são ações de responsabilidade dos atores participantes, que também são responsáveis pela direção e pela coordenação do processo, baseando-se no exercício democrático e relacionando-se à comunicação, à informação e aos processos de acompanhamento e de avaliação. (PERICO, 2009)

O enfoque territorial de desenvolvimento, de acordo com Perico (2009), demonstra as muitas dimensões de poder em torno do território. A dimensão econômica envolve benefícios, como a habilidade de articular recursos e de fortalecer as cadeias produtivas locais ou regionais. A dimensão político-institucional abrange as possibilidades de renovação de instituições em busca de uma governabilidade democrática. A dimensão sociocultural, por sua vez, refere-se à igualdade social adquirida com a participação dos cidadãos. Por fim, a dimensão ambiental diz respeito ao meio ambiente com destaque ao princípio da sustentabilidade.

### 2.3 A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TERRITÓRIOS RURAIS

Na década de 1990, as estratégias de desenvolvimento territorial foram incorporadas às políticas públicas federais, mesma época em que nasceram as discussões sobre a criação de

políticas públicas para solucionar as causas das desigualdades territoriais. Mendonça e Ortega (2004) ratificam que, “no início do século XX, essas questões eram tratadas predominantemente pelas teorias da localização das atividades econômicas. Em linhas gerais, buscavam entender as causas da ineficiência das alocações de recursos inter e intra-espços” (MENDONÇA; ORTEGA, 2004, p. 3).

De acordo com Rover (2007), o Estado está, cada vez menos, executando ações de políticas públicas, elegendo outros atores para essa execução. Mediante esse acontecimento, a formulação de políticas específicas para o território conta com os espaços institucionais, que integram a participação do Estado junto a diferentes atores sociais. “Eles são espaços institucionais regionais, criados para realizar mediação e negociação de interesses entre atores estatais, da sociedade civil organizada e de mercado, respondendo pela constituição de agendas políticas que precisam ser administráveis” (ROVER, 2007, p. 15).

Compreendidos como institucionalidades de governança, os Colegiados Territoriais e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)<sup>18</sup> são entendidos aqui como ambientes próprios para a negociação, a deliberação e a implementação de políticas públicas, constituindo-se, portanto, como espaços institucionalizados para a gestão política. De acordo com Rover (2007), a definição de “desenvolvimento” é algo que se torna claro, ao longo dos processos de discussão e de negociação, pois, depende de cada ator e de diferentes contextos organizacionais.

Analisar a governança do desenvolvimento, em qualquer abrangência territorial, implica em, necessariamente, pensar como se articulam democracia e desenvolvimento. No nosso caso, o desenvolvimento é analisado em sua escala local, procurando verificar o quanto processos geridos pelos “Colegiados Territoriais” contribuem para a “ampliação das liberdades substantivas” (SEN, 2007), o que significa ampliação das capacidades e oportunidades das pessoas e grupos de escolherem estilos de vida alternativos. A democracia, por sua vez, é analisada no que diz respeito a um arranjo entre participação e representação que aponte para o princípio da autonomia democrática. (ROVER, 2007, p. 16)

A criação de novos espaços para tomada de decisões, de forma democrática, segundo Rover (2007), provoca conflitos de interesses nos atores sociais, que visam a posse de bens

---

<sup>18</sup> Segundo a Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais, o CMDRS é composto por entidades representativas dos(as) agricultores(as) familiares e de trabalhadores(as) assalariados(as) rurais, e por entidades da sociedade civil organizada, órgãos do poder público (municipal, estadual e federal) e organizações para-governamentais, comprometidos com agricultura familiar e com o desenvolvimento rural sustentável. O CMDRS deve, também, contemplar, na sua composição, representantes dos jovens, das mulheres, e naturalmente, dos quilombolas e dos indígenas existentes no município.

materiais e simbólicos da sociedade. Dessa maneira, o ambiente favorável para a atuação da democracia traz consigo limites e ameaças a sua estabilidade. “ O ideal de uma democracia de alta intensidade demanda por um lado, sujeitos sociais [...], capazes e com poder de negociar seus interesses [...], mas, por outro lado, eles precisam ser controlados institucionalmente por normas” (ROVER, 2007, p. 17). Em outras palavras, considera-se que, de um lado, existe uma democracia, que busca o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2007), através da atuação de atores capazes e autônomos; e, por outro, a fim de garantir que os atores mais capazes não adquiram poder sobre os espaços públicos para satisfação de seus próprios interesses em relação aos atores mais vulneráveis – social, econômica e politicamente –, é necessário criar procedimentos e normas de proteção ao interesse público. (ROVER, 2007)

## 2.4 DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

A atenção dada às reflexões, que examinam alternativas favoráveis à democracia, é, em termos da gestão político-administrativa, impulsionada pelo Colegiado Territorial, compreendido como espaço institucional de governança local, realizada por atores, representantes do poder público e das associações civis dos municípios. A autonomia pública desses espaços institucionais e a autonomia privada dos atores que deles participam são discutidas e necessárias a uma democracia de maior intensidade, a qual contribui para um desenvolvimento como liberdade. (ROVER, 2007, p. 30)

A compreensão de “desenvolvimento como liberdade”, dada por Sen (2007), é encarada, nos espaços institucionais, enquanto lugar ideal; uma visão pertinente ao processo de formação do TRDK. Para Sen (2007, p. 23), o “desenvolvimento é um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas”, em que a expressão “liberdades substantivas”:

[...] incluem, entre outras, capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura, bem com as liberdades associadas a: saber ler, escrever e contar; ter participação política, liberdade de expressão, etc. (SEN, 2007, p. 76)

Nas palavras de Sen (2007), a visão do desenvolvimento como ampliação das liberdades substantivas põe o desenvolvimento e a capacidade como termos sinônimos.

A capacidade [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). (SEN, 2007, p. 95)

Sen (2007, p. 184) verifica ainda o importante papel dos grupos oposicionistas organizados. Conforme esse autor, “em uma democracia, o povo tende a conseguir o que exige e, de um modo mais crucial, normalmente, não consegue o que não exige”. A capacidade das organizações sociais, bem como do Colegiado Territorial, como instituição de governança local, serão instrumentos imprescindíveis na busca das condições favoráveis do desenvolvimento local.

A governança local ou a gestão social é compreendida por Rover (2007) enquanto categoria facilitadora da democracia territorial, ao possibilitar condição para que as pessoas, grupos, organizações e instituições sociais participem, juntamente ao governo, da formulação das políticas públicas rurais. Ao se deslocar a gestão das políticas públicas do Estado Nacional para as formas descentralizadas do Estado, de forma conjunta às organizações sociais, estatais e de mercado, amplia-se o espaço dos atores e, apenas por isso, já se revela um maior potencial democrático. (ROVER, 2007)

Considerando as políticas públicas em benefício do desenvolvimento de territórios, é muito comum ouvir discursos sobre a mobilização das populações locais para participar do planejamento estratégico participativo, como mecanismo de construção de um desenvolvimento sustentável. Uma das características principais do PRONAT, segundo Amaral Filho (2009), é a busca da valorização da autonomia local ou do princípio integrador de políticas, atores, ações e projetos locais, visando o desenvolvimento de baixo para cima.

Verifica-se, no entanto, que a busca de alternativas, que promovam a integração das instituições, bem como a valorização do conhecimento local, é relativa, pois, não existe um esforço efetivo de integração dos atores, nem mesmo uma valorização das instituições nos diferentes locais (ROVER, 2007). Embora isso seja recorrente e embora haja limites a sua atuação, o Colegiado Territorial ainda se apresenta uma instância de governança do desenvolvimento local, podendo ser voz de muitos atores territoriais.

### 3 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO TERRITÓRIO RIO DOCE KRENAK

#### 3.1 A INTRODUÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MÉDIO VALE DO RIO DOCE

Os municípios de Aimorés, Conselheiro Pena, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São Geraldo do Baixio, que formam o TRDK, estão localizados na porção leste de Minas Gerais, na divisa com o estado capixaba, e fazem parte da região conhecida como Médio Vale do Rio Doce<sup>19</sup>.

A região, segundo Espíndola (2008), foi denominada “Sertão do Rio Doce” na primeira metade do século XIX; um espaço coberto pela floresta tropical, que se estendia entre as áreas povoadas da porção central de Minas Gerais e do litoral do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e da Bahia. Atualmente, o Sertão do Rio Doce corresponde a quatro mesorregiões<sup>20</sup> de Minas Gerais (Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Vale do Mucuri e Jequitinhonha), também considerado, genericamente, de “sertões do leste”, “sertões intermédios”, ou, simplesmente, “áreas proibidas”.

Nas Minas Gerais setecentista, a organização espacial estava condicionada pela economia do ouro, pelo receio de invasão estrangeira e pelas medidas contra os extravios do metal precioso. [...] Em menor escala e de forma esparsa, formaram-se fazendas nas áreas de floresta a leste, nas zonas conhecidas como *mato dentro*, especialmente, nos pontos onde se tinha encontrado ouro de aluvião. Enquanto prosperou a mineração, os sertões intermédios foram considerados áreas proibidas. A estratégia da Coroa foi isolar as zonas produtoras de ouro para evitar o contrabando e dificultar uma invasão estrangeira. (ESPÍNDOLA, 2008, p. 2)

Segundo Rezende e Alvares (2009), mais a leste do Sertão do Rio Doce habitavam os índios bravos, os quais, curiosamente, desempenharam papel singular no escudo geográfico

---

<sup>19</sup> O Vale do Rio Doce foi, geograficamente, dividido em três seções distintas: Alto, Médio e Baixo. A primeira se inicia na nascente do Rio Xopotó e vai até a foz do Rio Piracicaba. A segunda fica entre a foz do Rio Piracicaba e a foz do Rio Manhuaçu. A última vai da foz do Rio Manhuaçu até a desembocadura do Rio Doce no Oceano Atlântico.

<sup>20</sup> Mesorregião é a subdivisão das unidades federativas do Brasil (estados) que ocupa a escala intermediária entre a dimensão estadual e a microrregião. Congregando diversos municípios, reunidos em microrregiões, caracteriza-se por conter áreas geográficas com similaridades econômicas e sociais. Foi criada para fins estatísticos, pelo FIBGE, e não constitui entidade política ou administrativa. A escala mesorregional é regulamentada pela Resolução FIBGE n. 11, de 5 de junho de 1990.

estabelecido pela Coroa. A presença dos bravos Botocudos<sup>21</sup> dificultou a ocupação do Médio Rio Doce, retardando a chegada de habitantes, caso se compare a outras regiões de Minas Gerais.

Aproximadamente em 1808, fez-se necessária a busca de alternativas econômicas para a província de Minas Gerais, diante do esgotamento técnico da exploração do ouro (ESPÍNDOLA, 2005). Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, Dom João VI resolveu declarar “guerra justa”<sup>22</sup> aos Botocudos, objetivando tornar livre o seu extenso território para a exploração econômica mercantil, aproveitando a fertilidade do solo. Assim, novas referências a leste dos sertões de Minas Gerais se apresentaram como possibilidade de riqueza, sobretudo, voltadas a seus recursos naturais.

Esses recursos consistiam em: a) matas cheias de madeiras de lei, orquídeas, toda sorte de flores exóticas, produtos para tintura e farmácia, particularmente a ipecacuanha; b) couros de animais silvestres (onças, lontras, veados, etc.) e as espécies vivas para comercialização, principalmente, pássaros e micos; c) solos férteis das terras desmatadas para as culturas comerciais, especialmente, algodão e café; d) minérios ‘menos preciosos’ como o ferro, cobre, manganês e outros ‘que careciam ainda descobrir a existência’. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 84)

Para a estratégia do governo de recuperação da economia mineira e para a dinamização do interior capixaba, era preciso combater e controlar os indígenas, além de tomar posse das extensões de terras, que antes lhes pertenciam. Sobre isso, Espíndola (2006) pontua que, apesar de todo esforço do governo imperial, a atividade econômica, que sustentou a fixação populacional no Sertão do Rio Doce foi a agricultura itinerante de subsistência, pois, não se desenvolveu atividade mercantil de importância, devido a diversos fatores, dentre eles, a dificuldade de transporte e de comercialização.

A prosperidade, de certa forma, não deixou de ser real na segunda metade do século XIX, mais precisamente na Zona da Mata e também na colonização do Jequitinhonha e do

---

<sup>21</sup> Botocudos é o nome pejorativo, dado pelos portugueses aos índios, encontrados na localidade, em referência aos adornos usados por eles nas orelhas e nos lábios. Da população nativa do Médio Rio Doce, apenas se conservou a etnia Krenak (1909/1910), último grupo remanescente dos Botocudos, na região do município de Resplendor. O líder Krenak, que no início do século XX, comandou a cisão dos gutkrák do Rio Pancas, no Espírito Santo, por não aceitar o contato, transferiu-se para as margens do Rio Doce, em Minas Gerais; porém, em 1918, seu filho, capitão Muim, percebeu a falta de alternativa e liderou o processo de contato dos últimos Botocudos livres. O velho Krenak decidiu então se isolar com os poucos seguidores fiéis, morrendo, em seguida, sem nunca ter abandonado o imató (botoque) e sem ter aceitado o contato. (ESPÍNDOLA, 2006, p. 165)

<sup>22</sup> A fase da “Guerra Justa” ou “Guerra Ofensiva” (1808-1818), determinada pela Carta Régia, de 13 de maio de 1808, tratou os povos da floresta, os “Botocudos”, como inimigos terríveis e poderosos. (ESPÍNDOLA, 2008, p. 81)

vale do Rio Mucuri. Com o advento da atividade cafeeira, ocorreu evolução econômica do Sertão do Rio Doce. O café foi introduzido, incorporando-se a novas terras, mediante a devastação das matas e a transformação delas em áreas de cultura. Foi desenvolvida, paralelamente, a cultura do café, o plantio de cana-de-açúcar e a exploração madeireira. Para a abertura dessas novas frentes agrícolas, foi imprescindível transformar as antigas matas em pastagens. Entretanto, a zona do Rio Doce, mais a leste, “permaneceu uma fronteira agrícola para agricultores pobres (gente negra e mestiça), fazendeiros, extrativistas, garimpeiros, aventureiros e oportunistas de todo tipo, jagunços, prostitutas, fabricantes de aguardente, taberneiros, tropeiros, canoieiros, entre outros”. (ESPÍNDOLA, 2008, p. 25)

Em conformidade com Rezende e Alvares (2009), já na segunda metade do século XX, mais precisamente em 1902, a tão sonhada ligação do interior de Minas Gerais com o Estado do Espírito Santo aconteceu, devido à concessão do governo federal para a construção da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. A concessão ferroviária promoveu uma mudança significativa na ocupação demográfica. Os fazendeiros começaram a chegar e a se instalar nas terras do Rio Doce. O aceleração da concentração urbana aconteceu quando foram dadas condições de transporte e de comunicação e atrativos econômicos.

Nesse cenário, Espíndola e Wendling (2008) destacam a decisão do governo federal, em 1942, de exportar o minério de ferro de Itabira. Tal prática resultou na criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e na reforma da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), com investimentos financeiros dos Estados Unidos. Na época, também foram criadas as usinas siderúrgicas, como a Belgo Mineira (1935), a Acesita (1944) e a Usiminas (1962).

Os grandes investimentos de capital, a infraestrutura e o saneamento explicam o incremento de atividades econômicas: exploração de minerais não metálicos (mica e pedras coradas) e formação das indústrias da madeira, carvão vegetal e lenha. Nas zonas de ocupação recente, nos terrenos desflorestados, desenvolveu-se a pecuária de corte. Nas zonas de colonização antiga e maior altitude, a agricultura experimentou um reflorescimento, beneficiada pela melhoria dos transportes. Com o crescimento das atividades econômicas, aparecem concentrações urbanas, tais como Governador Valadares, João Monlevade, Itabira, Colatina e Ipatinga, entre outras. (ESPÍNDOLA; WENDLING, 2008, p. 185)

O setor industrial do Estado de Minas Gerais cresceu a elevadas taxas ao longo da década de 1950, e a região do Rio Doce se beneficiou, tornando-se importante fronteira agrícola. Ela viveu uma fase de prosperidade, que durou 20 anos (1940 – 1960); produziu

alimentos para as cidades industriais em expansão; e recebeu grandes investimentos financeiros advindos da mineração, da siderurgia e das indústrias madeireiras. (ESPÍNDOLA; WENDLING, 2008)

No início da década de 1960, a região, que, em 20 anos, tornou-se uma das mais populosas de Minas Gerais, devido à fase de prosperidade, assistiu bruscamente ao declínio de suas atividades econômicas. Segundo estudos realizados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 2002, essa fase de decadência aconteceu não só na região do Rio Doce, mas também no Estado de Minas Gerais como um todo. As razões apontadas para esse declínio foram:

[...] A) a ausência de um aparato institucional que sustentasse e articulasse os mecanismos necessários para a promoção da industrialização; B) a falta de um centro que permitisse captar os benefícios de suas atividades econômicas e interligar seu espaço econômico; C) deficiência no fornecimento de insumos básicos e infraestrutura viária; D) ausência de empresários empreendedores; E) a concentração da industrialização em São Paulo e Rio de Janeiro, onde a presença de significativas economias externas e o mais alto nível de renda propiciavam condições mais favoráveis vis-à-vis Minas Gerais; e F) forte concorrência no mercado interno mineiro de manufaturas produzidas nos centros industriais primazes. (MINAS GERAIS, 2002, p. 18)

A economia mineira, na primeira metade dos anos 1960, apresentou perda de participação significativa no produto interno bruto brasileiro, principalmente, devido à estagnação do setor agropecuário do estado, enquanto as Regiões Sul e Centro-Oeste se expandiram fortemente. Já ao final dessa década, o dinamismo da economia mineira tomou forças, liderado pelos setores de mineração e da indústria de transformação. (MINAS GERAIS, 2002)

Em contramão do estado mineiro, a região do Rio Doce manteve o seu cenário de estagnação econômica, que perdura da década de 1960 aos dias atuais. Com uma economia predominantemente ligada ao setor primário, através de atividades de agropecuária, além da falta de investimentos no setor secundário, a região sofre com a decadência de sua economia e assiste à emigração de sua população.



### 3.2 A COMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO RIO DOCE KRENAK

A composição dos municípios para a formação do TRDK partiu da iniciativa do poder público – mais especificamente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da cidade de Aimorés –, no ano 2008. Buscando recursos para o desenvolvimento local, constatou-se que os recursos federais, na área de agricultura, só estavam sendo destinados aos municípios inseridos em algum território rural, homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS ou CEDRAF<sup>23</sup>) e, posteriormente, aprovado pelo MDA, pois, naquele momento, a estratégia da política brasileira era fortalecer e incentivar o desenvolvimento de um grupo de municípios, em vez de apenas um.

Tentando identificar quais municípios ao redor de Aimorés poderiam fazer parte de um novo território rural a ser criado, foi descoberto que já existiam três territórios homologados na região: a oeste, o Território Médio Rio Doce (MG); ao norte, o Território São Mateus (MG); e a leste, o Território Polo Colatina (ES). Em meio a esses três territórios, estavam inseridos os municípios de: Aimorés, Conselheiro Pena, Goiabeira, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São Geraldo do Baixio.

Identificando os municípios que, além de se situarem no entorno, possuíam traços parecidos de identidade entre a população e mesmas características socioeconômicas que Aimorés, a Secretaria de Desenvolvimento desse município articulou reuniões com os poderes públicos locais e os líderes da sociedade civil das demais cidades, buscando conscientizá-los e envolvê-los na busca do reconhecimento do novo território rural.

Em reunião, foi discutido e votado o regimento interno, a composição do grupo gestor e do núcleo técnico e o nome que se daria ao novo território. A ideia sugerida pela Secretaria de Desenvolvimento de Aimorés foi a de denominá-lo “Território Rio Doce dos Aymoré”, em homenagem aos índios Aimorés, que habitaram essa microrregião. Entretanto, representantes da FUNAI, que estavam presentes na assembleia de votação, sugeriram que se

---

<sup>23</sup> Conselho que regulamenta sobre os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS) com a finalidade de orientar e planejar políticas de desenvolvimento rural sustentável no Estado. O CEDRAF, entre outras atribuições, é responsável pelo monitoramento de programas estaduais de agricultura familiar e reforma agrária, elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e acompanhamento e avaliação da execução de programas federais ligados a terra, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É formado pelas secretarias de estado de governo e por instituições privadas e não governamentais ligadas a atividades agrárias. Tem a seguinte composição: plenário; secretaria executiva; câmara técnica de políticas agrárias e Ambientais; câmara técnica de políticas agrícolas; e grupo temático de agroecologia e produção orgânica (Governo de Minas, 2013).

homenageassem os remanescentes dos Botocudos, que ainda existiam na microrregião, os Krenak. Posto em votação as duas sugestões, aprovou-se o nome “Território Rio Doce Krenak”, sendo formado pelos nove municípios listados anteriormente.

Em 2009, Aimorés e Itueta tiveram novos prefeitos eleitos. Com a mudança no poder executivo desses municípios, a articulação para a formação do TRDK ficou ameaçada, principalmente, pelo fato de todos os ocupantes de cargos de confiança na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Aimorés terem sido substituídos.

Diante do risco de se perder o trabalho já desenvolvido, houve um consenso, tanto do poder público, quanto da sociedade civil, de que a Rede de Cooperação Social BARI – formada pelas associações Rede UNIR, Rede VIDAS e Rede MAIS – estava apta a fazer a articulação para a formação do TRDK.

Em meados do ano 2009, a pedido do colegiado do TRDK, a Rede de Cooperação Social BARI assumiu posicionamento para a formação do território rural. E algumas condições foram impostas aos municípios. Por se tratar de uma rede de cooperação formada por três associações sem fins lucrativos, compostas por voluntários e sem recursos próprios<sup>24</sup>, cada município do TRDK deveria arcar com uma pequena contribuição<sup>25</sup>, referente às despesas administrativas (telefone, correio e combustível), necessárias para se garantir o trabalho de articulação e de logística entre os nove municípios.

É importante mencionar que, no ano 2008, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Aimorés conseguiu o patrocínio da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista (UHE-Aimorés) para a realização do primeiro Fórum de Desenvolvimento Territorial do TRDK e de um diagnóstico das atividades agrícolas em potencial nos nove municípios do TRDK.

Mesmo sem a homologação do CEDRS e do MDA como um território de desenvolvimento rural sustentável, o TRDK, através da articulação promovida pela Rede de Cooperação Social BARI, desde 2009, vem, como será destacado a seguir, conseguindo alcançar resultados importantes.

- ano 2009: realização do II Fórum de Desenvolvimento Territorial em Resplendor;
- ano 2010: realização, no município de Aimorés, do III Fórum de Desenvolvimento

---

<sup>24</sup> Anteriormente, a Rede de Cooperação Social BARI recebia apenas uma ajuda de custo da Fundação Vale para a manutenção de suas despesas, sendo que o contrato expiraria em dezembro de 2009.

<sup>25</sup> A Rede de Cooperação Social BARI assinou contrato de prestação de serviço para a articulação do TRDK, sendo que os representantes de cada um dos nove municípios se comprometeram a repassar uma ajuda de custo no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais. Esse valor foi mantido inalterado até o ano 2013, sendo importante ressaltar que poucos municípios cumprem com essa obrigação, existindo municípios que já recebem benefícios dos projetos relacionados ao TRDK e que nunca contribuíram financeiramente com a articulação do mesmo.

Territorial; conquista do reconhecimento como Pré-Território de Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; participação no II Salão Nacional dos Territórios Rurais<sup>26</sup>; eleito como integrante da Rede Nacional de Colegiados Territoriais<sup>27</sup> e da Rede Estadual de Colegiados Territoriais de Minas Gerais<sup>28</sup>; aprovação, no edital nacional do Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania, do projeto “Fortalecimento da Apicultura no Território Rio Doce Krenak”;

- ano 2011: realização do IV Fórum de Desenvolvimento Territorial em Conselheiro Pena; 90 pequenos produtores rurais foram beneficiados com doação de *kits* de apicultura para iniciação da atividade, além dos apicultores da região, que receberam assistência técnica específica através da ação de consultores e da realização de cursos e seminários;
- ano 2012: realização do V Fórum de Desenvolvimento Territorial em Ipanema; construção da estrutura física de 18 unidades de extração de mel (salas de mel), sendo duas em cada município do TRDK; e recuperação de 90 salas de mel, sendo dez em cada município;
- ano 2013: realização do VI Fórum de Desenvolvimento Territorial em Itueta; realização de cursos profissionalizantes de apicultura para os agricultores do TRDK.

Durante reunião com o CEDRAF e com o MDA, no ano 2010, detectou-se que o município de Goiabeira não poderia fazer parte do TRDK, tendo em vista que ele já estava inserido no Território São Mateus<sup>29</sup>. Para que pudesse se inserir no TRDK, seria necessário solicitar sua exclusão do Território São Mateus e apresentar ao CEDRAF uma cópia da ata da assembleia do Colegiado do Território São Mateus, confirmando sua retirada do grupo. Diante desse fato, a assembleia do colegiado do TRDK aprovou, ainda naquele ano, a entrada do município de Ipanema na vaga, até então, ocupada pelo município de Goiabeira.

---

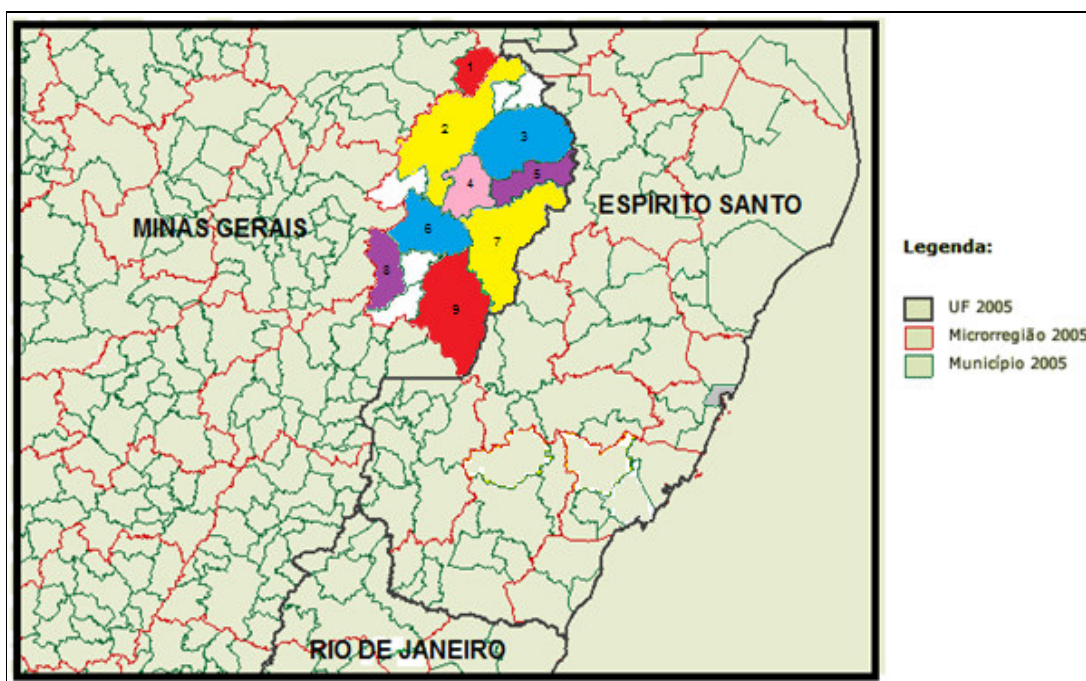
<sup>26</sup> Evento Nacional ocorrido em março de 2010, na cidade de Brasília, onde se reuniram representantes de todos os territórios homologados e dos pré-territórios de todo o Brasil.

<sup>27</sup> A Rede Nacional de Colegiados Territoriais é composta por quatro representantes de cada Rede de Colegiado Estadual de todos os estados brasileiros.

<sup>28</sup> A Rede Estadual de Colegiados Territoriais de Minas Gerais é composta por quatro representantes (delegados), sendo um titular e um suplente da sociedade civil organizada e um titular e um suplente do poder público. Esses representantes são eleitos entre todos os indicados pelos territórios do estado.

<sup>29</sup> Goiabeira é um município que faz fronteira com os municípios de Resplendor e de Conselheiro Pena e está geograficamente inserido no TRDK, possuindo características socioeconômicas e culturais semelhantes aos outros municípios, que compõem o território. Por esse motivo, sente-se isolado e distante da identidade do Território São Mateus. Nota-se que, para estar inserido em um território de desenvolvimento rural sustentável, não é preciso estar definido geograficamente em um mesmo local. Ou seja, os municípios não precisam ser fronteirizos.

No Mapa 3, retratam-se os municípios articulados no TRDK.



Mapa 03 – Municípios que compoem o Território Rio Doce Krenak.

Fonte básica de dados cartográficos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

NOTA: Relação de municípios destacados no Mapa 3: 1. São Geraldo do Baixio; 2. Conselheiro Pena; 3. Resplendor; 4. Santa Rita do Itueto; 5. Itueta; 6. Pocrane; 7. Aimorés; 8. Ipanema; 9. Mutum.

O TRDK está inserido na mesorregião Vale do Rio Doce, na porção leste do estado de Minas Gerais e na divisa com o estado do Espírito Santo. Possui uma extensão territorial de aproximadamente 7.532 Km<sup>2</sup> e uma população de 133.120 habitantes<sup>30</sup>.

A região do TRDK é caracterizada por uma tendência ao empobrecimento, causado por diversos fatores. Entretanto, merece destaque o empobrecimento do capital humano, o que pode ser demonstrado pelo fato de o conjunto dos municípios ter tido uma taxa geométrica anual de crescimento populacional (TCP) negativa entre os Censos Demográficos de 1991 e 2000 (-0,43), e muito baixa (0,14), embora positiva, entre os Censos de 2000 e 2010. A base econômica dos nove municípios é advinda, em especial, da agricultura familiar, baseada na pecuária de leite e de corte e no cultivo de café, de arroz e de milho.

A nova política pública brasileira de desenvolvimento territorial rural, surgiu como uma nova oportunidade para os municípios do TRDK de reverterem o quadro de expulsão dos

<sup>30</sup> IBGE, Censo Demográfico de 2010.

habitantes<sup>31</sup>, decorrente da falta de condições de sustentabilidade dos pequenos produtores no meio rural. A seguir, apresenta-se breve caracterização dos municípios, que compõem o TRDK.

O município de Aimorés<sup>32</sup> foi fundado em 18 de setembro de 1925, e seu nome veio em homenagem aos primitivos habitantes da terra, os índios Botocudos do grupo “aimure/guimaré” (aymoré). É denominado também de “terra do sol<sup>33</sup>”. Principal cidade da microrregião de Aimorés, possui uma população de 24.959 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), e uma área de 1.348,8 km<sup>2</sup>, ficando a uma distância de 540 km da capital mineira.

Na década de 1950, Aimorés foi o mais ilustre município de todo o leste mineiro, atraindo imigrantes de várias regiões. Contou com um grande número de serrarias e de cerâmicas e com um importante porto às margens do Rio Doce. Na década de 1960, a cidade tinha perto de 50 mil habitantes e já declinava sua população. Pela sua proximidade com Vitória (cerca de 160 km), acaba sendo polarizada pela capital do estado capixaba. As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são advindas da agropecuária, que representa 17,3% do PIB municipal, com a indústria de geração de energia (Usina Hidrelétrica Eliezer Batista), representando 26,6% do PIB<sup>34</sup>. Além disso, por ser um município de pequeno porte, o setor público é um relevante empregador.

Já a cidade de Conselheiro Pena<sup>35</sup> está localizada a 450 km de Belo Horizonte. Foi criada em 17 de dezembro de 1938, possuindo uma área de 1.483,9 km<sup>2</sup>. Sua população, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, era de 22.242 habitantes. Em sua economia, o setor público é um importante empregador. A agropecuária é responsável por 26,8% do PIB do município, destacando, principalmente, a pecuária de leite e de corte e as lavouras de café e de milho. O laticínio da Cooperativa de Produtores Rurais de Conselheiro Pena também é responsável por 10,7% do PIB local.

---

<sup>31</sup> No período de 1991 a 2000, entre os municípios que compõem o TRDK, apenas Ipanema apresentou uma TCP positiva (0,85), embora bem menor que a TCP do estado de Minas Gerais (1,44) e do Brasil (1,64). Já entre os anos de 2000 e 2010, com exceção de São Geraldo Baixio, que apresentou uma TCP (1,98) acima da do estado mineiro (0,91) e do país (1,17), e Ipanema, que também apresentou uma TCP (1,10) maior que a do estado mineiro e bem próxima da nacional, todos os demais sete municípios apresentaram TCP menores que as de Minas Gerais e do Brasil, sendo que, quatro deles continuaram a perder população: Aimorés (-0,06), Mutum (-0,01), Pocrane (-0,91) e Santa Rita do Itueto (-0,62). (IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010)

<sup>32</sup> Informações retiradas do *site* do IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=310110>>. Acesso em: dez. 2013.

<sup>33</sup> Essa expressão é utilizada, pois, Aimorés é conhecida como “a cidade mais quente do estado de Minas Gerais”.

<sup>34</sup> Dados referentes ao ano 2011.

<sup>35</sup> Informações retiradas do *site* do IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=311840>>. Acesso em: dez. 2013.

O município de Ipanema<sup>36</sup> foi criado em 7 de setembro de 1912. O seu nome é de origem indígena e significa “rio sem peixe” ou “ruim de pesca”. Está a 350 km da capital mineira, e conta com uma extensão territorial de 456,6 km<sup>2</sup> e uma população, segundo dados do último censo (IBGE, 2010), de 18.170 habitantes. Em sua economia, é importante destacar que 14,0% do PIB municipal são advindos da produção industrial da Cooperativa Agropecuária de Ipanema. O setor agropecuário, dessa forma, é responsável por 12% de seu PIB municipal, destacando-se a pecuária leiteira.

O município de Itueta foi criado em 27 de dezembro de 1948. Possui uma área de 452,7 km<sup>2</sup>, e uma população de 5.830 habitantes<sup>37</sup>. Seu nome é de origem indígena, significando “muitas cachoeiras”. Foi fundado por colonos de origem alemã, que se fixaram à margem esquerda do Rio Doce, e por colonos de origem italiana, que se instalaram à margem direita do Rio Doce. Recentemente, com a construção da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista, no período de 2001 a 2005, a sede do município foi destruída e reconstruída em um novo local, às margens da BR-259. Dentre as atividades econômicas, a agropecuária representa 38,2% do PIB municipal, enfocando, principalmente, a pecuária leiteira e o cultivo de café. Por ser um município de pequeno porte, o setor público se mostra um considerável empregador.

A denominação Mutum<sup>38</sup>, por sua vez, deve-se à abundância do pássaro homônimo na região na época da fundação do município. Seus primeiros habitantes foram os índios Botocudos. Possui uma área de 1.250,8 km<sup>2</sup> e uma população de 26.661 habitantes<sup>39</sup>, sendo o município com o maior número de habitantes do TRDK. Mutum é também um município cujo principal setor econômico é o agropecuário, com 35,3% do PIB municipal. Deve ser destacada uma produção industrial que representa 13,4% do PIB local, advindos, principalmente, da empresa Laticínios Porto Alegre. O setor público é ainda um relevante empregador.

A população de Pocrane ultrapassa 8.990 habitantes<sup>40</sup>, e o município possui uma área de 691,1 km<sup>2</sup>. Essa cidade foi criada em 1948. Está localizada a uma distância de 394 km de Belo Horizonte. Por ser de pequeno porte, o setor público emprega bastante pessoas. Suas atividades econômicas estão voltadas para a agropecuária, que corresponde a 28,1% do PIB

---

<sup>36</sup> Informações retiradas do *site* IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=313120#>>. Acesso em: jun. 2013.

<sup>37</sup> IBGE, Censo Demográfico de 2010.

<sup>38</sup> Informações Retiradas do *site* IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510622>>. Acesso em: jun. 2013.

<sup>39</sup> IBGE, Censo Demográfico de 2010.

<sup>40</sup> IBGE, Censo Demográfico de 2010.

municipal, destacando-se a pecuária leiteira e as lavouras permanentes de café e de banana.

Resplendor<sup>41</sup> foi emancipado como município em 17 de dezembro de 1938. Possui uma população de 17.089 habitantes<sup>42</sup> e uma área de 1.081,8 km<sup>2</sup>. A Estrada de Ferro Vitória a Minas veio como fator decisivo e preponderante para o desenvolvimento econômico da região, já que seus trilhos cortam as terras locais, facilitando o acesso e, sobretudo, determinam a localização de uma Estação, que os engenheiros da ferrovia denominaram de “Resplendor” – em face de existir perto do local uma pedra que, ao ficar exposta ao sol, reflete uma luminosidade em profusão. Foi em torno dessa estação ferroviária que a cidade começou a se desenvolver. Suas principais atividades econômicas são advindas da indústria de laticínios – Cooperativa Agropecuária de Resplendor –, com 23,8% do PIB municipal e da agropecuária, com 13,4% de seu PIB. Além disso, como nos municípios já mencionados, o setor público é um influente empregador.

O município de Santa Rita do Itueto<sup>43</sup> tem uma população de 5.697 habitantes e uma área de 485,1 km<sup>2</sup>. Ele foi criado em 27 de dezembro de 1948. Está a uma distância de 477 km de Belo Horizonte. O setor público, por se tratar de um município de pequeno porte, é um forte empregador. Suas atividades econômicas principais estão relacionadas à agropecuária, que representa 56,2% do PIB municipal, ressaltando-se a pecuária leiteira e as lavouras permanentes de café.

Por fim, São Geraldo do Baixio foi emancipado a município em 1 de janeiro de 1997, sendo a mais jovem cidade e com a menor população do TRDK, com apenas 3.486<sup>44</sup> habitantes em uma área de 281,0 km<sup>2</sup>. Seu nome veio em homenagem ao santo de devoção do Capitão Messias, fundador do patrimônio, onde hoje sedia o município, localizado em um vale cercado de colinas. As atividades econômicas estão voltadas à agropecuária, com 23,1% do PIB, destacando a pecuária leiteira e as lavouras permanentes de banana e de café. Assim como os outros municípios do TRDK, o setor público de São Geraldo do Baixio emprega quantidade considerável de mão-de-obra.

Os nove municípios, que compõem o TRDK, estão situados ao longo da BR-259 e BR-474, na mesorregião do Vale do Rio Doce. Com exceção de São Geraldo do Baixio, que faz parte da microrregião de Governador Valadares, os demais municípios pertencem à microrregião de Aimorés.

---

<sup>41</sup> Informações retiradas do site do IBGE Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=315430>. Acessado em junho de 2013.

<sup>42</sup> IBGE, Censo Demográfico de 2010.

<sup>43</sup> Informações retiradas do site do IBGE Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=315950>. Acessado em junho de 2013.

<sup>44</sup> IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A Tabela 1, a seguir, apresenta os municípios, que fazem parte do TRDK; seu ano de fundação; e a distância deles até a capital mineira, Belo Horizonte.

Tabela 1 – Ano de fundação e distância da capital mineira aos municípios que formam o TRDK

MUNICÍPIOS	ANO DE FUNDAÇÃO/ EMANCIPAÇÃO <sup>(1)</sup>	DISTÂNCIA DE BELO HORIZONTE (KM) <sup>(2)</sup>
Aimorés	1916	484,78
Conselheiro Pena	1938	409,33
Ipanema	1912	578,35
Itueta	1948	459,67
Mutum	1912	484,78
Pocrane	1948	567,64
Resplendor	1939	452,78
Santa Rita do Itueto	1963	486,77
São Geraldo do Baixo	1997	411,57

Fonte: (1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (2) Guia Quatro Rodas, 2013.

A Tabela 2, abaixo, mostra dados relativos à evolução populacional dos municípios, que compõem o TRDK. Observa-se que o TRDK vem apresentando crescimento inferior ao crescimento do Estado de Minas Gerais e do país. Vê-se que, entre 1991 e 2000, apenas Ipanema não apresentou uma TCP negativa, apesar de, ainda assim, bem inferior a de Minas e a do Brasil. Já entre 2000 e 2010, quatro municípios ainda apresentaram TCP negativa: Aimorés, Mutum, Pocrane e Santa Rita do Itueto. Entretanto, vê-se que, entre os que apresentaram uma taxa de crescimento positiva, somente Ipanema e São Geraldo do Baixo tiveram uma TCP alta, se comparada com a de Minas Gerais e a do Brasil.

Tabela 2: Taxa geométrica anual de crescimento populacional (TCP) dos municípios, que formam o TRDK, entre 1991 e 2010

MUNICÍPIOS	1991	2000	TCP	2010	TCP
Aimorés	26.440	25.105	-0,58	24.959	-0,06
Conselheiro Pena	23.670	21.734	-0,95	22.242	0,23
Ipanema	15.098	16.286	0,85	18.170	1,10
Itueta	6.452	5.641	-1,50	5.830	0,33
Mutum	27.039	26.693	-0,14	26.661	-0,01
Pocrane	11.200	9.851	-1,43	8.986	-0,91
Resplendor	17.499	16.975	-0,34	17.089	0,07
Santa Rita do Itueto	6.095	6.061	-0,06	5.697	-0,62
São Geraldo do Baixo	2.870	2.864	-0,02	3.486	1,98
<b>Total</b>	<b>136.363</b>	<b>131.210</b>	<b>-0,43</b>	<b>133.120</b>	<b>0,14</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>15.743.152</b>	<b>17.891.494</b>	<b>1,44</b>	<b>19.597.330</b>	<b>0,91</b>



**Brasil** **146.825.475** **169.799.170** **1,64** **190.755.799** **1,17**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A distribuição da população por situação de domicílio é apresentada na Tabela 3. Nela, é possível verificar que o percentual representado pela população rural dos municípios, que compõem o TRDK, em relação à população total, é bem maior – o dobro –, se comparado ao estado de Minas Gerais e ao país como um todo. É interessante ressaltar os casos de Santa Rita de Itueta, Mutum e Itueta, que possuem mais de 40% de sua população, residindo na zona rural.

Tabela 3: Distribuição da população dos municípios, que formam o TRDK, por situação de domicílio (2010)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO TOTAL
Aimorés	5.259	21,1	19.700	78,9	24.959
Conselheiro Pena	4.641	20,9	17.601	79,1	22.242
Ipanema	3.970	21,9	14.200	78,1	18.170
Itueta	2.531	43,4	3.299	56,6	5.830
Mutum	12.871	48,3	13.790	51,7	26.661
Pocrane	3.587	39,9	5.399	60,1	8.986
Resplendor	4.257	24,9	12.832	75,1	17.089
Santa Rita do Itueto	3.387	59,4	2.310	40,6	5.697
São Geraldo do Baixio	1.046	30,1	2.440	69,9	3.486
<b>TOTAL</b>	<b>41.549</b>	<b>31,2</b>	<b>91.571</b>	<b>68,8</b>	<b>133.120</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>2.882.114</b>	<b>14,7</b>	<b>16.715.216</b>	<b>85,3</b>	<b>19.597.330</b>
<b>Brasil</b>	<b>29.830.007</b>	<b>15,6</b>	<b>160.925.792</b>	<b>84,4</b>	<b>190.775.798</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Analisando-se o índice de desenvolvimento humano (IDH)<sup>45</sup>, dos municípios que compõem o TRDK (ver Tabela 4), é possível notar que ele teve uma substancial melhora entre os anos 1991 e 2000. Entretanto, essa melhora foi, em grande parte, perdida, caso se compare com os dados de 2000 e de 2010. Considerando a média, o TRDK possui IDH inferior ao do estado de Minas Gerais e a do país nos três anos analisados.

Tabela 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, que formam o TRDK

<sup>45</sup> Dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios usados para calcular o IDH são: acesso à educação (calculado a partir do número médio de anos de estudo dos adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças, que estão na idade de iniciar a vida escolar); renda nacional bruta *per capita*; e nível de saúde (medido pela expectativa de vida ao nascer). O IDH varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1, melhor é o IDH de um local.

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Aimorés	0,638	0,731	0,684
Conselheiro Pena	0,621	0,734	0,662
Ipanema	0,615	0,724	0,693
Itueta	0,612	0,704	0,635
Mutum	0,585	0,712	0,644
Pocrane	0,603	0,690	0,626
Resplendor	0,647	0,730	0,670
Santa Rita do Itueto	0,569	0,691	0,607
São Geraldo do Baixo	0,600	0,695	0,630
<b>Média do TRDK</b>	<b>0,610</b>	<b>0,712</b>	<b>0,650</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>0,697</b>	<b>0,773</b>	<b>0,731</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,669</b>	<b>0,726</b>	<b>0,730</b>

Fonte: PNUD, Atlas de Desenvolvimento Humano, 1991, 2000 e 2010.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 METODOLOGIA

A ONG Rede VIDAS realizou uma pesquisa de campo com pequenos produtores dos municípios, que compõem o TRDK, dentro do projeto “Fortalecimento da Apicultura no Território Rio Doce Krenak”, selecionado pelo edital do ano 2010 do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania. Tal projeto se enquadra na linha programática de geração de renda e oportunidade de trabalho, além de atender temas transversais como gênero e comunidades tradicionais. A pesquisa foi realizada no período compreendido entre 1 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2011, sendo aplicados 206 questionários<sup>46</sup>, objetivando identificar e selecionar produtores rurais, que possuíam perfil para a participação no projeto.

Os beneficiados do projeto receberam assistência técnica específica para a criação de abelhas, além de *kit* individual<sup>47</sup> de implantação da atividade produtiva e de *kit* coletivo<sup>48</sup> para a associação beneficiar o mel. A Rede VIDAS foi quem selecionou os produtores rurais. No referido território TRDK, ela escolheu 90 beneficiários, dez em cada município, obedecendo aos seguintes critérios:

- possuir idade entre 18 e 29 anos, ou, no caso das mulheres, entre 18 e 59 anos;
- ser beneficiário do Bolsa-Família ou outro tipo de incentivo do governo federal;
- residir próximo a outros quatro produtores rurais com o perfil do público-alvo do projeto;
- possuir propriedade rural localizada a uma distância de, no mínimo, cinco quilômetros da propriedade vizinha para respeitar o apiário do vizinho, não ocasionando disputa entre as abelhas;
- participar de alguma associação de pequenos agricultores familiares;
- estar inserido em uma comunidade (assentamento ou aldeia indígena);

---

<sup>46</sup> Este questionário foi aplicado a todos os agricultores familiares interessados. Após a coleta de dados, a Rede VIDAS selecionou os agricultores, dentro dos critérios estabelecidos.

<sup>47</sup> O *kit* individual é composto por cinco colmeias, macacão, luvas, chapéu, bota, formigador, formão p/ apicultor, garfo desoperculador, dois baldes e 4,45Kg de cera.

<sup>48</sup> O *kit* coletivo consiste em uma sala de mel com decantador, centrífuga, mesa de desoperculação, balde e peneira, tudo em aço inox, conforme as exigências do Selo de Inspeção Sanitária Estadual e Federal.

- possuir uma nascente<sup>49</sup> a ser preservada em sua propriedade.

Os questionários foram aplicados por três técnicos agrícolas da Rede VIDAS, responsáveis cada qual por um polo composto por três municípios<sup>50</sup>. A Rede VIDAS, através de parcerias firmadas com o poder público de cada município, identificou as regiões mais carentes e também as mais propícias para a produção de mel e de própolis. Uma vez identificados esses lugares, os técnicos da Rede VIDAS escolheram, de forma aleatória, os pequenos agricultores familiares, que seriam visitados e que responderiam ao questionário. Em algumas visitas, os técnicos contaram com a presença do secretário de agricultura do município. Além de aplicar o questionário, foi também apresentado aos agricultores o projeto de apicultura a ser implantado, com o objetivo de avaliar o interesse do entrevistado pela nova atividade.

Na Tabela 5, tem-se a distribuição dos 206 produtores rurais por município de residência dentro do TRDK.

Tabela 5 – Caracterização dos produtores rurais por município de residência

MUNICÍPIO	FREQUÊNCIA	% NA AMOSTRA
Aimorés	26	12,62
Conselheiro Pena	30	14,56
Ipanema	19	9,22
Itueta	43	20,87
Mutum	15	7,28
Pocrane	16	7,77
Resplendor	25	12,14
Santa Rita do Ituêto	16	7,77
São Geraldo do Baixio	16	7,77
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados coletados, foram realizadas análises descritivas, com o objetivo de verificar qual o nível de informação dos pequenos agricultores familiares sobre a implantação do novo território e sobre a percepção dos benefícios que o Programa Nacional de Territórios Rurais poderia trazer para os municípios do TRDK. Também se verificou como os

<sup>49</sup> Nos casos em que não havia uma nascente na propriedade, mas o produtor, além de possuir o perfil do público-alvo do projeto, demonstrasse interesse em participar, a Rede VIDAS aceitava a recuperação de uma nascente na propriedade vizinha ou na propriedade de algum parente.

<sup>50</sup> Polo 1: Conselheiro Pena, Resplendor e São Geraldo do Baixio. Polo 2: Aimorés, Itueta e Santa Rita do Itueto. Polo 3: Ipanema, Mutum e Pocrane.

selecionados avaliam o processo de implantação do território e qual a participação deles nesse acontecimento. Deve-se ressaltar que o instrumento de coleta de dados utilizado apresentava uma série de quesitos que, além de possibilitar respostas a essas questões, possibilitaria também caracterizações dos produtores entrevistados.

#### 4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, a maioria dos entrevistados é do sexo masculino (61,17%).

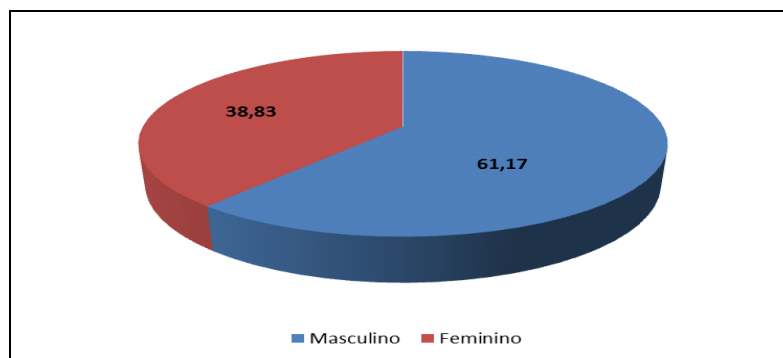


Gráfico 1 – Caracterização dos produtores rurais por sexo.

Com relação à distribuição por idade, verificou-se que homens e mulheres apresentam uma idade média muito próxima: 38,2 anos para as mulheres; e 37,7 para os homens<sup>51</sup>. Na Tabela 06, visualiza-se a caracterização dos entrevistados por sexo e por idade.

---

<sup>51</sup> Desvio padrão de 11,7 anos para as mulheres e de 13,8 para os homens.

Tabela 06 – Caracterização dos produtores rurais por sexo e por grupos etários

<b>GRUPOS ETÁRIOS</b>	<b>MASCULINO</b>		<b>FEMININO</b>		<b>TOTAL</b>	
18-29 anos	48	38,40	19	24,36	67	33,00
30-38 anos	28	22,40	24	30,77	52	25,62
39-48 anos	21	16,80	22	28,21	43	21,18
49 anos ou mais	28	22,40	13	16,67	41	20,20
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,00</b>	<b>78</b>	<b>100,00</b>	<b>203</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao nível educacional, verifica-se que 73,3% dos entrevistados possuem apenas o nível fundamental de ensino. Considerando que 1,0% dos entrevistados é analfabeto, vê-se que a grande maioria dos produtores apresenta baixo nível de escolaridade. A Tabela 7 retrata isso.

Tabela 7 – Caracterização dos produtores rurais por nível educacional

<b>NÍVEL EDUCACIONAL</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>% NA AMOSTRA</b>
Alfabetização de adultos	2	0,97
Ensino fundamental ou 1º grau	151	73,3
Ensino médio ou 2º grau	45	21,84
Superior – Graduação	3	1,46
Sem dados	5	2,43
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao estado civil, nota-se que 91,3% dos entrevistados são casados. A maioria deles reside e trabalha na propriedade da família, o que corresponde a 97,1%. Os dados da pesquisa também revelam que a renda familiar média mensal de 94,2% dos produtores rurais – que varia muito, por dependerem da venda da produção agrícola –, é inferior a R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Dos 206 produtores rurais entrevistados, 90,3% afirmaram ser a agricultura a sua principal fonte de renda. Com relação ao escoamento da produção, constatou-se que poucos utilizam as feiras de produtos agrícolas de seus municípios (apenas 3,4%). Também é importante constatar que, nessa amostra, 55,8% dos agricultores usam recursos financeiros provenientes do PRONAF<sup>52</sup> para investir em suas atividades produtivas.

<sup>52</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), segundo o Banco Central do Brasil, destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante

Na Tabela 8, percebe-se que o percentual dos produtores rurais entrevistados, os quais conhecem a articulação feita pelas prefeituras para a criação do TRDK, é muito baixo (apenas 10,7%). Com relação ao grau de conhecimento sobre as principais instituições ligadas ao processo, esse dado também é muito baixo.

Com exceção da Rede VIDAS, as demais instituições são desconhecidas para mais de 80,0% dos produtores rurais. Cabe ressaltar que o fato de 93,7% dos entrevistados terem afirmado que conhecem a Rede VIDAS não é um dado relevante, pois as pessoas, que aplicaram os questionários, são funcionários da ONG. O mais provável é que os entrevistados, sendo informados dos objetivos da pesquisa e, antevendo possíveis benefícios que poderiam vir a receber, tenham afirmado que a instituição é algo conhecido por eles.

Tabela 8 – Caracterização dos produtores rurais por grau de conhecimento ou participação em instituições

QUESTÃO	SIM		NÃO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Conhece a articulação feita pelas prefeituras para criar TRDK?	22	10,68	184	89,32
Participou de evento ligado ao TRDK?	13	6,31	193	93,69
Conhece a Rede Vidas?	193	93,69	13	6,31
Participa da Rede Vidas?	0	0,00	206	100,00
Conhece a Rede Mais?	13	6,31	193	93,69
Conhece a Rede Unir?	26	12,62	180	87,38
Conhece CMDR?	18	8,74	188	91,26
Participa do CMDR?	6	2,91	200	97,09
Conhece o Colegiado do TRDK?	5	2,43	201	97,57

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados acima mostram que o público-alvo e beneficiário do Programa Nacional de Territórios Rurais é ciente de todo o processo na fase de execução, ficando a articulação por conta dos atores sociais mais atuantes, que residem na área urbana.

Apesar de todas as ações das instituições envolvidas, principalmente, através da promoção de fóruns anuais, envolvendo instituições e membros da sociedade civil dos nove municípios; notícias em jornal impresso local; e matérias divulgadas em *sites* para divulgar os avanços que o TRDK obteve nesses últimos cinco anos, a população beneficiada ainda está

---

emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Os créditos podem se destinar a: a) custeio: financiamento das atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produção própria ou de agricultores familiares enquadrados no PRONAF; b) investimento: financiamento da implantação, da ampliação ou da modernização da infraestrutura de produção e de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos; c) créditos de custeio para agroindústrias familiares e para integralização de cotas-partes dos agricultores familiares, filiados às cooperativas de produção de produtores rurais.

pouco envolvida com o processo.

Uma possível justificativa para a falta de participação ativa dos agricultores familiares no processo de articulação do TRDK pode ser a ausência de confiança deles em relação ao poder político federal, estadual e municipal, tendo em vista que vários programas anteriores não passaram de promessas políticas. Os municípios, que compõem o TRDK, estão localizados em uma região do estado de Minas Gerais, que, quase nunca, é lembrada na execução de projetos do governo brasileiro. Além disso, a força política da região é muito fraca, não existindo representantes políticos desses municípios junto aos governos federal e estadual, o que torna difícil a solicitação de ações de desenvolvimento local.

Conclui-se, dessa forma, que, para que haja um maior envolvimento dos agricultores familiares no processo de articulação do TRDK, é necessário aumentar, cada vez mais, a participação da sociedade civil organizada frente a essa articulação, o que proporcionaria condições para que a informação dos benefícios do programa se propagasse a uma quantidade maior de beneficiários. Também é importante que os principais atores integrantes do processo de articulação permaneçam como protagonistas sociais, para que, após a homologação do TRDK, as ações planejadas nos eixos estratégicos se concretizem.

Na Tabela 9 são mencionadas todas as instituições pertencentes ao TRDK e, na Tabela 10, os eixos estratégicos, os programas e os projetos priorizados entre os anos 2010 e 2013<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> No ano de 2009, o colegiado territorial do TRDK promoveu o aprofundamento da discussão quanto aos eixos estratégicos, programas e projetos prioritários a serem desenvolvidos nos anos seguintes.



Tabela 9: Instituições pertencentes ao colegiado do TRDK

INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE	MUNICÍPIO
Rede VIDAS	01	Itueta
Rede UNIR	01	Resplendor
Rede MAIS	01	Aimorés
Associações Indígenas: Atorã, Krenak, Naqueré, Watú, Naquenunuque.	05	Resplendor
Associações de Agricultores Familiares.	18	Aimorés, Conselheiro Pena, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São Geraldo do Baixo.
APERDOCE – Associação dos Pescadores de Resplendor.	01	Resplendor
Assentamentos rurais	03	Resplendor
Banco da Terra	03	São Geraldo do Baixo e Resplendor.
Reassentamento Rural	01	Itueta
EMATER	06	Aimorés, Conselheiro Pena, Ipanema, Pocrane, Resplendor e Santa Rita do Itueto.
Prefeituras Municipais	09	Aimorés, Conselheiro Pena, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São Geraldo do Baixo.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	08	Itueta, Pocrane, Ipanema, Resplendor, Conselheiro Pena, Mutum, Santa Rita do Itueto e São Geraldo do Baixo.
Sindicato dos Produtores Rurais	04	Itueta, Aimorés, Conselheiro Pena e Mutum.
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)	09	Aimorés, Conselheiro Pena, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São Geraldo do Baixo.
Instituto Terra	01	Aimorés
SEBRAE-MG	01	Aimorés
Faculdade Presidente Antonio Carlos de Aimorés	01	Aimorés
Instituto Estadual de Florestas – IEF	01	Conselheiro Pena
Instituto Mineiro de Agropecuária	04	Aimorés, Conselheiro Pena, Mutum, Resplendor.
Fundação Nacional do Índio – FUNAI	01	Resplendor

Fonte: Rede VIDAS, 2013.

Continua

Tabela 9: Instituições pertencentes ao colegiado do TRDK.

(Continuação)

<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
SUPRAM – Superintendência Regional de regularização Ambiental	01	Conselheiro Pena
SENAR-MG	06	Aimorés, Conselheiro Pena, Itueta, Ipanema, Mutum, Pocrane.
Usina Hidrelétrica Eliezer Batista	01	Aimorés

Fonte: Rede VIDAS, 2013.

Tabela 10: Eixos estratégicos, programas e projetos priorizados (2010 a 2013)

<b>EIXO ESTRATÉGICO</b>	<b>PROGRAMAS/ SUB-EIXO</b>	<b>PROJETOS</b>
1-Desenvolvimento Econômico	1.1 - Arranjo Produtivo da bovinocultura do leite. 1.2- Cafeicultura 1.3- Apicultura  1.4- Bovinocultura do corte 1.5- Hortifrutigranjeiro 1.6- Crédito Rural 1.7- Aqüicultura 1.8- Fortalecimento da Produção da Agricultura Familiar	1.1.1-Melhoramento Genético
		1.1.2-Assistência técnica
		1.1.3- Adoção e Aprimoramento da novas tecnologias(pasteijo rotacionado, controle sanitário,alimentação)
		1.2.1-Agregação de valor
		1.2.2-Classificação
		1.2.3-Fortalecimento da comercialização
		1.3.1-Central de comercialização
		1.3.2-Casa de Mel
2- Organização Territorial	2.1-Fortalecimento das Associações comunitárias	1.4.1-Frigorífico regional
		1.5.1-Central de comercialização municipal
		1.6.1-Mecanismo de facilitação de Acesso
		1.7.1-Fortalecimento da Aqüicultura da Região
		1.8.1-Patrolha Mecanizada por município com gestão do CEDRS.
		1.8.2-Fábrica de Ração Territorial (4 Pólos).
		2.1.1-Capacitação em Gestão das Associações e conselheiros
		2.1.2-Fortalecimento Político visando a inclusão do Território na Área da ADENE.
3-Desenvolvimento Turístico e Cultural	3.1-Fortalecimento do Turismo e Cultura	3.1.1-Diagnóstico de Potencial Turístico
		3.1.2-Organização do Artesanato para participação em grandes feiras e eventos regionais
4- Meio Ambiente	4.1- Preservação Ambiental	4.1.1- Saneamento Ambiental Rural
		4.1.2-Educação Ambiental
		4.1.3-Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de nascentes

Fonte: Rede VIDAS, 2012.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, com esta dissertação, evidenciar o processo de implantação do TRDK, formado por um conjunto de municípios da região Vale do Rio Doce, na porção leste do Estado de Minas Gerais. Nele, tornaram-se relevantes as considerações discursivas, em torno da nova estratégia de desenvolvimento sustentável territorial de microrregiões de predominância rural, incentivada a partir de uma política pública de desenvolvimento agrário implantada pelo governo federal brasileiro.

Foi feita uma descrição detalhada de todo o processo de implantação – ainda em andamento – do TRDK e, posteriormente, verificou-se o nível de informação que a população rural dos municípios possui sobre a implantação do novo território, como ela avaliava esse processo e como se dá a sua participação nesse evento. Os resultados do trabalho vão de encontro aos ideais de democracia, que visa o “desenvolvimento” como liberdade (SEN, 2007), em que os sujeitos sociais são capazes de construir o próprio futuro, garantindo que os atores mais capazes não dominem os espaços públicos para a satisfação de seus próprios interesses.

Iniciou-se essa pesquisa procurando reunir os principais elementos teóricos sobre o conceito de “território”. Inicialmente, abordaram-se alguns aspectos conceituais sobre o tema e, posteriormente, apresentou-se e discutiu-se a estratégia de desenvolvimento territorial implantada pelo MDA, através da SDT, explicitando a relação entre identidade, democracia e fortalecimento da gestão social no processo de descentralização das políticas públicas brasileiras para o desenvolvimento de áreas rurais. Além disso, relatou-se todo o processo de formação do TRDK e a caracterização dos municípios que o compõem, destacando a busca de alternativas socioeconômicas para a promoção do desenvolvimento sustentável rural local/regional e a formação de sua identidade.

Com relação aos resultados da pesquisa de campo, a primeira constatação que se faz é que as ações e os projetos ligados ao TRDK apontam para o fato de que a nova estratégia de desenvolvimento territorial rural tem promovido ganhos de força política e poder, com formação de novas territorialidades. Entretanto, apesar das diversas ações de divulgação dos benefícios gerados – seja através de eventos, de reuniões ou de publicação de notícias em jornais ou *sites* –, a participação do público alvo beneficiário do PRONAT e, até mesmo, o grau de conhecimento sobre essas ações, ainda são muito pequenos.

A pouca participação dos agricultores familiares no processo de articulação para o

reconhecimento do TRDK não é algo que diz respeito apenas a esse território, mas se constitui em um dos maiores obstáculos para a sobrevivência dos territórios rurais identificados pela SDT/MDA. A falta de reconhecimento da cultura e das características específicas de cada espaço no processo de implantação dos territórios, pode ser uma resposta para esse fenômeno.

A busca por melhorias econômicas, sociais, ambientais e culturais, através da estratégia territorial, uma parceria entre os governos federal, estadual, municipal e a sociedade civil, é uma possibilidade que o TRDK tem de gerar um desenvolvimento como liberdade. Mas, para que isso aconteça, é necessária ação direta dos atores sociais – principalmente, do agricultor familiar –, baseando-se nos princípios da responsabilidade social e da solidariedade.

A fim de que exista maior envolvimento dos agricultores familiares no processo de articulação, torna-se imprescindível a participação da sociedade civil, proporcionando condições para que a informação dos benefícios do programa se propague e chegue a uma quantidade maior de beneficiários. Também é importante que os principais atores permaneçam como protagonistas sociais, com o intuito de o programa se fortalecer após a homologação do TRDK, e as ações planejadas nos eixos estratégicos se concretizarem.

Conclui-se, dessa forma, que a rede de cooperação entre os atores sociais se transforma em relações de poder e em um relevante instrumento na luta pela consolidação da democracia brasileira. A participação da sociedade civil transforma o território em um espaço democrático de participação, neutralizando, pelo menos, em parte, a política partidária; abrindo espaço para que o público alvo do PRONAT possa participar, de forma atuante, nesse programa.

Para os municípios que farão parte do futuro TRDK, o seu reconhecimento junto ao CEDRAF e ao MDA surge como uma esperança de que, tornando-se efetivamente um território, torne-se também uma unidade de gestão, um instrumento na busca de novas alternativas de desenvolvimento na área rural, proporcionando a suas populações a capacidade de construir o próprio futuro.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/2000/10/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 17-56.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o desenvolvimento Rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: Convênio FIPE/IPEA, 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0641.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0641.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2012.

ALCÂNTARA, F. H. C. **Economia Solidária**: o dilema da institucionalização. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

ARRETCHE, Marta T. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 40, p. 111-142, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Portal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=476>>. Acesso em: 17 out. 2009.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Portal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=476>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Gestão Estratégica**: Documento de Referência. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Porta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/>>

index.php?scid=1583>. Acesso em: 2 set. 2012.

CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v17/cc17n101.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOCUMENTO DE VISÃO ESTRATÉGICA. **Programa Vale Mais** – Aimorés 2006-2026. Rio de Janeiro: Agência 21, 2008.

DOCUMENTO DE VISÃO ESTRATÉGICA. **Programa Vale Mais** – Itueta 2006-2026. Rio de Janeiro: Agência 21, 2008.

DOCUMENTO DE VISÃO ESTRATÉGICA. **Programa Vale Mais** – Resplendor 2006-2026. Rio de Janeiro: Agência 21, 2008.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. A navegação do Rio Doce: 1800 - 1850. **Revista navigator**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2007. Disponível em: <[http://www.revistanavigator.com.br/navig5/art/N5\\_art4.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig5/art/N5_art4.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Sertão do Rio Doce**. Bauru/SP: EDUSC, 2005. 488p.

\_\_\_\_\_. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de minas gerais na direção do litoral. **Fronteiras Revista de História**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/63>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p.177-197, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a09v24n39.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. [Site]. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 1 fev. 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. [Site]. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/busca/?q=krenak>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GUIA QUATRO RODAS. [Site]. Disponível em: <<http://viajeaqui.abril.com.br/guia4rodas>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, Brasília, 13-14 de novembro de 2003. Ministério da Integração Nacional, Brasília: MI, 2005. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915)>. Acesso em: 7 jul. 2012.

HADAAD, P. Força e Fraqueza dos municípios de Minas Gerais. **Cadernos BDMG**, Belo Horizonte, n. 8, p. 5-84, abr. 2004. Disponível em: <[http://www.bdmg.mg.gov.br/comoAtuamos/Documents/estudos\\_e\\_publicacoes/caderno%20BDMG/Caderno\\_08\\_BDMG.pdf](http://www.bdmg.mg.gov.br/comoAtuamos/Documents/estudos_e_publicacoes/caderno%20BDMG/Caderno_08_BDMG.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2013.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Site]. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico – Características Gerais do Indígena, 2010**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_dos\\_Indigenas/pdf/Publicacao\\_completa.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2013.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. **Balanco de Gestão: Resultados das Ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios**

Rurais (PRONAT) 2003-2010. Disponível em: <[http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/271/BALAN%20O%20S DT\\_FINAL\\_PRONTO%2014.12.2010.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/271/BALAN%20O%20S DT_FINAL_PRONTO%2014.12.2010.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. [Site]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/minas-gerais-sr-06>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. [Site]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/basicacenso>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

IPEA. **Políticas sociais no Brasil**: participação social, conselhos e parcerias. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap\\_8.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_8.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2012.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998.

MENDONÇA, Cesar Nilton; ORTEGA, Antônio César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural: governo FHC X governo Lula. **Sober**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/792.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

MINAS GERAIS. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte, BDMG – Banco de Desenvolvimento Econômico: Rona Editora 2002.10 v. Disponível em: <[http://www.bdmg.mg.gov.br/comoAtuamos/Documents/estudos\\_e\\_publicacoes/Minas%20Gerais%20do%20seculo%2021/vol\\_07\\_completo.pdf](http://www.bdmg.mg.gov.br/comoAtuamos/Documents/estudos_e_publicacoes/Minas%20Gerais%20do%20seculo%2021/vol_07_completo.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Atlas dos Territórios Rurais 2004**. Brasília, Condraf. Disponível em: <<http://www.cis.org.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial. Brasília, SDT, 2004. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/sdt/arquivos/view/manuais-proinf/Manual\\_Convocat%C3%B3rias\\_PROINF.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/sdt/arquivos/view/manuais-proinf/Manual_Convocat%C3%B3rias_PROINF.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/239-programa-de-desenvolvimento-sustentavel-de-territorio>>. Acesso em: 8 fev. 2013.



MORAES, Filomeno. A Constituição do Brasil de 1988 e a Reforma Política. **Revista Jurídica**, Brasília, v. 7, n. 72, p. 01-16, mai. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_72/artigos/PDF/Filomeno\\_Rev72.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_72/artigos/PDF/Filomeno_Rev72.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2012.

MUSEU VALE. **História da EFVM**. Disponível em: <<http://museuvale.com/site/Website/Museu.aspx?id=5&tipo=3>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: Os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142001000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. [Site]. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial**: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, 2005, p. 10-22. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_53.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2013.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas de desenvolvimento humano 2003**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2003](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003)>. Acesso em: 2 set. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Marcos; ÁLVARES, Ricardo. **Era tudo mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

ROVER, Oscar J. **Redes de poder e governança local**: análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil. Tese de Doutorado. PGDR/UFRGS. Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Ivan G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, jan./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_4.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_4.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2009.

SHNEIDER, Sergio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 88-125. Disponível em: <[http://biblioteca.planejamento.gov.br/.../at\\_managed\\_file.2009-10-14.9576936836](http://biblioteca.planejamento.gov.br/.../at_managed_file.2009-10-14.9576936836)>. Acesso em: 17 out. 2009.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 6. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SERAINÉ, Ana B. M. S; SANTOS, Raimundo B.; MIYAMOTO, Shiguenoli. **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Ed. Unijuí; Teresina: Ed. Universitária da Ufpi, 2008. 504 p.

TESOURO NACIONAL. [Site]. Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/sistn.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp)>. Acesso em: 29 jan. 2013.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Portal da Cidadania**. Disponível em: <[http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/palestra\\_5\\_territorio\\_da\\_cidadania.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/palestra_5_territorio_da_cidadania.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. [Site]. Disponível em: <[http://www.transparencia.mg.gov.br/repasse-amunicipios?u=cHVibGljYWRvci5waHA\\_ZGF0YT1kR1Z0WVh3eQ%2C%2C](http://www.transparencia.mg.gov.br/repasse-amunicipios?u=cHVibGljYWRvci5waHA_ZGF0YT1kR1Z0WVh3eQ%2C%2C)>. Acessado em: 29 jan. 2013.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA

#### A- LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO E DA PROPRIEDADE

02. Nome do proprietário \_\_\_\_\_

02.2. [\_\_|\_\_|\_\_]

CPF: \_\_\_\_\_ Nis/Pis: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino UF de nascimento: \_\_\_\_\_ Município de nascimento: \_\_\_\_\_

UF de residência: \_\_\_\_\_ Município de nascimento: \_\_\_\_\_ Nome da mãe= \_\_\_\_\_

#### B- COMPOSIÇÃO DO DOMICÍLIO

**QUADRO 1.** Por favor, gostaria que o senhor indicasse os nomes das pessoas que normalmente vivem nesta casa, começando pelo chefe do domicílio. (Ressaltar que devem estar incluídas todas as crianças e recém-nascidos, pessoas que não são parentes mas que vivam na casa e pessoas que estejam temporariamente fora. Não devem ser incluídas pessoas que estejam apenas visitando a casa mas que residam em outro lugar)

5. Quantas pessoas, contando com o senhor, vivem nesta casa? \_\_\_\_\_

Para todos os membros do domicílio						Para os não nascidos no município de residência atual	Para todos com idade <u>superior a 16 anos</u>	Para todos os membros do domicílio com IDADE <u>superior a 10 anos</u>	Para todos com idade superior a 10 anos e que <u>NÃO</u> trabalham na propriedade da família que entrou na amostra			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Nr	Nome	Sexo 1. Masc 2. Fem	Relação com chefe domicílio. (Ver cód.)	Qual é a idade dele(a)? Anos	Nível de educação completo (Ver cód.)	Quando ele(a) veio viver neste município? (ano)	Estado civil/ conjugal (Ver cód.)	Ele(a) trabalha nas propriedades da família? 1. Sim → 2. Não	O que ele(a) faz nas propriedades? (Ver cód.)	Em que tipo de atividade ele(a) trabalha? (Anotar a atividade profissional)	Em qual município ele(a) trabalha?	Em uma área urbana (cidade) ou rural? 1. Urbana 2. Rural
1	nome1	sexo1	relcd1	idad1	educ1	anopa1	eciv1	trapf1	proat1	ativpe1	muntf1 [__ __ __]	rutf1
2	nome2	sexo2	relcd2	idad2	educ2	anopa2	eciv2	trapf2	proat2	ativpe2	muntf2 [__ __ __]	rutf2
3	nome3	sexo3	relcd3	idad3	educ3	anopa3	eciv3	trapf3	proat3	ativpe3	muntf3 [__ __ __]	rutf3
4	nome4	sexo4	relcd4	idad4	educ4	anopa4	eciv4	trapf4	proat4	ativpe4	muntf4 [__ __ __]	rutf4
5	nome5	sexo5	relcd5	idad5	educ5	anopa5	eciv5	trapf5	proat5	ativpe5	muntf5 [__ __ __]	rutf5

**D- GRAU DE CONHECIMENTO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO TRDK**

7. O(a) senhor(a) sabia que a prefeitura da sua cidade está se juntando a outras oito prefeituras de cidades vizinhas para formar o Território Rio Doce Krenak – TRDK?

1. Sim 2. Não (VÁ PARA A QUESTÃO 14) 07. [\_\_]

08. Como o(a) senhor(a) ficou sabendo disso?

1. Rádio
2. TV
3. Jornal ou revista
4. Participou de algum evento relacionado ao TRDK
5. Informativo do Sindicato, Cooperativa ou associação
6. Informação passada por amigos ou parentes
7. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

08. [\_\_]

09. Por que? Qual o principal motivo do(a) senhor(a) pensar assim?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 77 NS 88 NQR 09. [\_\_]

10. Se o TRDK for criado, isso será bom para o(a) senhor(a) e sua família?

1. Sim 7. NS (VÁ PARA A QUESTÃO 12)  
 2. Não 8. NQR (VÁ PARA A QUESTÃO 12) 10. [\_\_]

11. Por que? Qual o principal motivo do(a) senhor(a) pensar assim?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 77 NS 88 NQR 11. [\_\_]

12. O(a) senhor(a) participa ou já participou de algum evento ou atividade ligados ao TRDK, tais como palestras, reuniões, cursos, treinamentos, ou outros?

1. Sim 7. NS  
 2. Não 8. NQR 12. [\_\_]

13. Gostaria de saber se o senhor conhece alguns órgãos e associações.

Órgão / associação	Conhece?	Como conheceu?	Você participa deste órgão/associação?
13.1 Rede Vidas	13.1.1 [__]	13.1.2 [__]	13.1.3 [__]
13.2. Rede Mais	13.2.1 [__]	13.2.2 [__]	13.2.3 [__]
13.3 Rede Unir	13.3.1 [__]	13.3.2 [__]	13.3.3 [__]
13.4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	13.4.1 [__]	13.4.2 [__]	13.4.3 [__]
13.5 Colegiado do TRDK	13.5.1 [__]	13.5.2 [__]	13.5.3 [__]

**Como conheceu?****Conhece?****Você participa deste órgão/associação?**

1. Rádio
2. TV
3. Jornal ou revista
4. Participou de algum evento relacionado ao TRDK
5. Informativo do Sindicato, Cooperativa ou associação
6. Informação passada por amigos ou parentes
7. Outra forma

1. Sim  
 2. Não

1. Sim  
 2. Não

**E- DADOS SOBRE A PROPRIEDADE RURAL**

14. Em que ano o(a) senhor(a) adquiriu essa propriedade? 14. [\_\_\_\_]  
 (Anotar o ano nos quadrinhos) 7777. NS 8888. NQR

15. Quantos hectares de terra possuía essa propriedade?

09. [\_\_] Hectares  
 77777. NS 88888. NQR 15. [\_\_\_\_]

16. Como o(a) senhor(a) adquiriu esta propriedade? (LER AS OPÇÕES)

01. Comprou a propriedade de outras pessoas (VÁ PARA A QUESTÃO 18)
02. Comprou a propriedade de alguma cooperativa ou associação (VÁ PARA A QUESTÃO 18)
03. Passou a gerenciar-la após a aposentadoria do antigo chefe de domicílio
04. Comprou a propriedade do antigo chefe de domicílio.
05. Herdou a propriedade do antigo chefe de domicílio que veio a falecer
- Adquiriu de outra forma. Qual? (VÁ PARA A QUESTÃO 18) 16. [\_\_]

77. NS 88. NQR

17. Qual é a relação do senhor com o antigo chefe do domicílio?

01. Esposa / marido
02. Filho / filha
03. Genro / nora
04. Irmão / Irmã

Outro \_\_\_\_\_ 17. [\_\_]  
 70. NS 80. NQR

18. Além do(a) senhor(a), existem pessoas que gerenciam parte de suas propriedades de forma independente? Por exemplo: meeiros, arrendatários, filhos, outros parentes ou sócios.

1. Sim 2. Não 18. [\_\_]

**F- FONTES DE RENDA**

19. Por mês, qual é a renda de sua família, considerando salários e tudo que é produzido aqui na sua propriedade? (MOSTRAR ANEXO XXX)

01. Menos de meio salário mínimo (menos de R\$270,00)
02. Entre meio e 1 salário mínimo (Entre R\$270,00 e R\$540,00)
03. Entre 1 e 2 salários mínimos (Entre R\$540,00 e R\$1.080,00)
04. Entre 2 e 3 salários mínimos (Entre R\$1.080,00 e R\$1.620,00)
05. Entre 3 e 4 salários mínimos (Entre R\$1.620,00 e R\$2.160,00)
06. Entre 4 e 5 salários mínimos (Entre R\$2.160,00 e R\$2.700,00)
07. Entre 5 e 10 salários mínimos (Entre R\$2.700,00 e R\$5.400,00)
08. Acima de 10 salários mínimos (Acima de R\$5.400,00)
77. NS
88. NQR

19. [\_\_\_\_]

20. A agricultura é a principal fonte de renda da família do(a) senhor(a)?

1. Sim (VÁ PARA A QUESTÃO 26) 2. Não 20. [ ]

21. Qual é a principal fonte de renda de sua família?

\_\_\_\_\_ 21. [ ]  
77 NS 88 NQR

22. Quais são os principais produtos agrícolas que o(a) senhor(a) produz?

Nº	Nome do produto	Em quantos hectares aproximadamente o senhor produz _____?	Em qual ano o senhor começou a produzir _____?	Quando começou a produzir _____, quantos hectares aproximadamente, o senhor utilizava?
1	22.A.1 [ ]	22.B.1 [ ]	22C.1 [ ]	22D.1 [ ]
2	22.A.2 [ ]	22.B.2 [ ]	22C.2 [ ]	22D.2 [ ]
3	22.A.3 [ ]	22.B.3 [ ]	22C.3 [ ]	22D.3 [ ]
4	22.A.4 [ ]	22.B.4 [ ]	22C.4 [ ]	22D.4 [ ]
5	22.A.5 [ ]	22.B.5 [ ]	22C.5 [ ]	22D.5 [ ]
6	22.A.6 [ ]	22.B.6 [ ]	22C.6 [ ]	22D.6 [ ]
7	22.A.7 [ ]	22.B.7 [ ]	22C.7 [ ]	22D.7 [ ]
8	22.A.8 [ ]	22.B.8 [ ]	22C.8 [ ]	22D.8 [ ]
9	22.A.9 [ ]	22.B.9 [ ]	22C.9 [ ]	22D.9 [ ]
10	22.A.10 [ ]	22.B.10 [ ]	22C.10 [ ]	22D.10 [ ]
11	22.A.11 [ ]	22.B.11 [ ]	22C.11 [ ]	22D.11 [ ]
12	22.A.12 [ ]	22.B.12 [ ]	22C.12 [ ]	22D.12 [ ]

23. O(a) senhor(a) cria abelhas? **CASO SIM:** Quantas colmeias o(a) senhor(a) possui?

\_\_\_\_\_ colmeias (VÁ PARA A QUESTÃO 27) 23. [ ]  
000. Não cria abelhas  
777. NS 888. NQR

24. O(a) senhor(a) teria interesse em criar abelhas?

1. Sim (VÁ PARA A QUESTÃO 26) 7. NS (VÁ PARA A QUESTÃO 27)  
2. Não 8. NQR (VÁ PARA A QUESTÃO 27) 24. [ ]

25. Por que o(a) senhor(a) não tem interesse em criar abelhas? (FAÇA ESTA QUESTÃO E VÁ PARA A QUESTÃO 27)

\_\_\_\_\_ 25. [ ]  
77 NS 88 NQR

26. Se o(a) senhor(a) tem interesse, o que o impede de criar abelhas? Quais são os dois motivos principais?

1) \_\_\_\_\_ 26.1 [ ]  
\_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_ 26.2 [ ]  
\_\_\_\_\_ 77 NS 88 NQR

27. O(a) senhor(a) utiliza de algum tipo de financiamento do PRONAF?

1. Sim 7. NS  
2. Não 8. NQR 27. [ ]

28. O senhor(a) vende alguma coisa que é produzida em sua propriedade em feiras de produtores?

1. Sim 7. NS (VÁ PARA A QUESTÃO 30)  
2. Não (VÁ PARA A QUESTÃO 30) 8. NQR (VÁ PARA A QUESTÃO 30) 28. [ ]

29. Para a feira de qual cidade o senhor leva seus produtos para serem vendidos? (No caso do produtor citar mais de uma cidade, pedir para que resalte para qual leva a maior parte de sua produção)

01. Aimorés 06. Pocrane  
02. Conselheiro Pena 07. Resplendor  
03. Ipanema 08. Santa Rita do Itueto  
04. Itueta 09. São Geraldo do Baixo  
05. Mutum  
Outra \_\_\_\_\_ 29. [ ]  
70. NS 80. NQR

30. Quais as atividades agrícolas o(a) senhor(a) gostaria que fossem incentivadas, pelo TRDK, através, por exemplo, de cursos, palestras e apoio técnico? Cite as duas principais.

1) \_\_\_\_\_ 30.1 [ ]  
\_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_ 30.2 [ ]  
\_\_\_\_\_ 77 NS 88 NQR

ANEXO

Projeto Fortalecimento da  
**Apicultura**  
no Território Rio Doce Krenak

**Parcerias**

- SEBRAE-MG
- SENAR-MG
- Instituto Estadual de Florestas (IEF)
- EMATER-MG
- Rede UNIR
- Rede MAIS
- UNIPAC-Aimorés
- Prefeitura Municipal de Aimorés, MG
- Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena, MG
- Prefeitura Municipal de Ipanema, MG
- Prefeitura Municipal de Itueta, MG
- Prefeitura Municipal de Mutum, MG
- Prefeitura Municipal de Pocrane, MG
- Prefeitura Municipal de Replendor, MG
- Prefeitura Municipal de São Geraldo do Baixio, MG
- Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituiúto, MG

O Projeto Fortalecimento da Apicultura no Território Rio Doce Krenak constitui-se num forte incentivo para o desenvolvimento social e econômico, pautado na busca pela justiça social, levando em consideração a vegetação propícia para a produção de mel, o combate a toda forma de discriminação e preconceito e a preocupação com o meio ambiente.

Graças ao patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, alinhado ao Governo Federal e o apoio das nove prefeituras municipais, SENAR-MG, SEBRAE-MG, Instituto Estadual de Florestas (IEF), EMATER-MG, Rede UNIR, Rede MAIS e UNIPAC-Aimorés, o projeto é uma realidade e já está gerando renda ao pequeno agricultor familiar.

Aliando-se floresta X abelha, compreendemos que esta relação provocará mudanças de conceitos, ou seja, é possível produzir sem agredir o meio ambiente.



Mais geração  
de renda, mais áreas preservadas.  
**Venha fazer parte desta  
história de sucesso.**



Rede de voluntários locais para o desenvolvimento biotecnológico

**REDE VIDAS**

(33) 3266-3314  
Av. Coronel Osório, 725,  
Sala 06, Centro  
Ituiúto - MG | CEP: 35220-000  
Telefone: (33) 3266-3314  
www.redevidas.org.br

**PETROBRAS**  
DESENVOLVIMENTO  
& CIDADANIA  
PROGRAMA

**BR** **PETROBRAS**

**PETROBRAS**  
DESENVOLVIMENTO  
& CIDADANIA

**GOVERNO FEDERAL**  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

ANEXO A

FOLDER PROJETO DE APICULTURA DO TRDK – FRENTE



## ANEXO B

### FOLDER PROJETO DE APICULTURA DO TRDK – VERSO

#### Projeto Fortalecimento da Apicultura no Território Rio Doce Krenak

Este projeto está sendo desenvolvido no estado de Minas Gerais, em nove municípios pertencentes ao **Território Rio Doce Krenak**, na mesorregião Vale do Rio Doce, sendo eles: Aimorés, Conselheiro Pena, Itueta, Ipanema, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Ituêto e São Geraldo do Baixo. Totalizando uma área de 7.500 km² e uma população de aproximadamente 133.000 habitantes.



O objetivo geral do projeto é fortalecer a atividade apícola no Território Rio Doce Krenak, contribuindo para o aumento de renda do público alvo: jovens e mulheres pertencentes à agricultura familiar.

O projeto se apresenta como uma das possibilidades de reverter o quadro de êxodo rural que se diagnostica na localidade, devido à falta de condições de sustentabilidade dos pequenos produtores familiares no meio rural, principalmente, ao quadro de degradação ambiental que se encontra na região.



A apicultura é uma atividade que vem se destacando no cenário do pequeno negócio da agricultura familiar, e o projeto realizado pela Rede VIDAS e patrocinado pelo Programa Petróbras Desenvolvimento & Cidadania, está possibilitando a implantação de um conjunto de ações que viabilizarão a apicultura de maneira sustentável e estruturada, agregando valores à produção e proporcionando geração de emprego e renda para jovens e mulheres no campo.

O Projeto está sendo desenvolvido em etapas: articulação de parcerias, convênios, mobilização comunitária, cursos, compra e instalações dos equipamentos, treinamentos, seminários, assistência técnica e consultoria. Tudo o processo conta com a participação de todos os beneficiários e comunidade em geral dos nove municípios, visando uma melhor organização.



Preservação de 90 nascentes no Território Rio Doce Krenak



Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Território Rio Doce Krenak e Região (APBIOCKR)

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO

- Qualificar e capacitar 1.150 jovens e 1.100 mulheres em apicultura.
- Beneficiar 90 famílias, sendo 10 por município, com Kit de apicultura ( 05 colmeias, macacão, luvas, chapéu, bota, fumigador, formão, garfo desoperculador, baldes e cera).
- Construir/reformar 18 salas de mel, sendo 02 por município, equipadas com decantador, centrífuga, mesa de desoperculação, peneira e balde. Todo o equipamento em aço inox e em condições adequadas de higiene para produzir com qualidade.
- Assistência e acompanhamento técnico aos apicultores em três polos (Itueta/ Resplendor/ Ipanema).
- Organizar a criação de um selo de qualidade.
- Elaborar Plano de Negócio.
- Preservar e recuperar 90 nascentes no Território Rio Doce Krenak, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de plantas polinizadoras e respeito ao meio ambiente.